

TEXTO PARA **DISCUSSÃO**

2571

**O ESTILO DE DESENVOLVIMENTO NUM
MUNICÍPIO MINEIRO E SEU IMPACTO
NA VULNERABILIDADE SOCIAL:
O CASO DE TUPACIGUARA**

Murilo José de Souza Pires



O ESTILO DE DESENVOLVIMENTO NUM MUNICÍPIO MINEIRO E SEU IMPACTO NA VULNERABILIDADE SOCIAL: O CASO DE TUPACIGUARA¹

Murilo José de Souza Pires²

1. As opiniões expressas neste *Texto para Discussão* são de inteira responsabilidade do autor, não representando, necessariamente, a posição do Ipea. Registro meus agradecimentos ao apoio estatístico de Adrielli Santos de Santana, assim como aos comentários e sugestões de Gesmar Rosa dos Santos e César Nunes de Castro, ambos do Ipea, os quais não têm qualquer responsabilidade quanto a erros ou omissões aqui cometidos.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Mylena Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2020

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2571>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: O18.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 EVIDÊNCIAS TEÓRICAS SOBRE O ESTILO DE DESENVOLVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES EM ECONOMIAS PERIFÉRICAS.....	10
3 FATOS ESTILIZADOS SOBRE O ESTILO DE DESENVOLVIMENTO DE TUPACIGUARA.....	12
4 ASPECTOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DA AGROPECUÁRIA DE TUPACIGUARA.....	21
5 UMA VISÃO PANORÂMICA DO PERFIL DO EMPREGO FORMAL EM TUPACIGUARA NOS ANOS RECENTES.....	32
6 A VULNERABILIDADE SOCIAL EM TUPACIGUARA: RESPOSTAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS...37	
7 OBSERVAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	49
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	50

SINOPSE

Este trabalho tem por finalidade verificar em que medida o estilo de desenvolvimento que encontra-se em curso no município de Tupaciguara está determinando a exclusão de parcela da população dos sistemas produtivos locais, incrementando, por conseguinte, o número de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza, pobreza e baixa renda em anos recentes. Para tanto, adota-se como hipótese que o estilo de desenvolvimento em curso, por reforçar ainda mais o quadro do subdesenvolvimento, acaba conduzindo o município para uma catástrofe social, a qual pode ser verificada pelo crescimento da vulnerabilidade social das pessoas. Em nível metodológico, as pesquisas adotadas serão a descritiva e a analítica, isto é, decompõem-se as partes que constituem as estruturas econômicas e as reconstróem, de forma descritiva, conforme o processo histórico que foi se objetivando, porém mediado por evidências teóricas. Por fim, observa-se que grande parte desses trabalhadores que não encontram emprego e renda no sistema produtivo local vivem como lumpesinatos, à margem da sociedade tupaciguarenses, uma vez que se encontram em condição de pobreza ou extrema pobreza, comumente, apresentando baixíssima escolaridade. Desse modo, em uma sociedade guiada por fortes avanços tecnológicos, a probabilidade de reinserção dessas pessoas no mercado de trabalho cada dia torna-se menos provável. Sem uma intervenção mais profunda do poder público, criando tanto condições objetivas para a geração de renda e emprego como também para a qualificação, esses trabalhadores em condições de lumpesinato continuarão vivendo em circunstâncias extremamente precárias e sem perspectivas de melhorar seu bem-estar social.

Palavras-chave: estilo de desenvolvimento; vulnerabilidade social; Tupaciguara.

ABSTRACT

This work aims to verify to what extent the development style that is underway in the municipality of Tupaciguara is determined to exclude part of the population from the local productive systems, thus increasing the number of people living in conditions extreme poverty, poverty and low income in recent years. Therefore, it is assumed as a hypothesis that the ongoing development style, by further strengthening the framework of underdevelopment, ends up leading the municipality to a social catastrophe, which can be verified by the growth of people's social vulnerability. At the methodological level, the methods adopted will be the descriptive and the analytical, that is, the parts that constitute the economic structures are decomposed and reconstructed, in a descriptive

way, according to the historical process that was aimed at, but mediated by theoretical evidence. Finally, it is observed that a large part of these workers who did not find jobs and income in the local productive system went to live as lumpesinates on the margins of Tupaciguarenses society, since they live in conditions of extreme poverty and poverty and, commonly, have extremely low schooling. Thus, in a society guided by strong technological advances, the likelihood of these people re-entering the job market, each day, becomes less likely. Without a deeper intervention by the public authorities, either by creating the objective conditions for the generation of income and employment, as well as for qualification, these workers in lump-sum conditions will continue on the margins of society living in extremely precarious circumstances and with no prospects of improving their welfare states.

Keywords: development style; social vulnerability; Tupaciguara.

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais características do estilo de desenvolvimento econômico¹ é promover um processo de transformação das atividades econômicas com o fito de melhorar as condições de vida das pessoas. Para isso, é necessário propiciar um conjunto de políticas públicas com o objetivo de modificar as estruturas econômicas de uma região, já que o mercado, por si, não garante a inclusão de todos no sistema econômico. Significa dizer que é necessário que o Estado tenha um papel efetivo na orientação dos investimentos produtivos e no fomento do bem-estar social.

As regiões que estão na periferia do capitalismo estão marcadas por estruturas econômicas que apresentam, no mesmo espaço e tempo, estágios evolutivos distintos, isto é, uma parte encontra-se conectada aos mercados – com isso, modernizando suas atividades econômicas –; e outra parte permanece imersa em atividades tradicionais ou de subsistência. Essa distinção contribui para a formação de estruturas econômicas subdesenvolvidas.

Esse processo de transformação e modernização,² com inclusão social, demanda um projeto político que tem por objetivo traçar as linhas gerais das estratégias que serão adotadas com o fito de reduzir o abismo existente entre as estruturas econômicas modernas e atrasadas. Nessa perspectiva, este *Texto para Discussão* tem por finalidade verificar em que medida o estilo de desenvolvimento ora em curso no município de Tupaciguara está determinado à exclusão de parcela da população dos sistemas produtivos locais incrementando, por conseguinte, o número de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza, pobreza e baixa renda em anos recentes.

Para tanto, foi adotada, como hipótese de trabalho, a evidência apontada por Furtado (1992). Segundo esse autor, um estilo de desenvolvimento como o que está em curso em Tupaciguara – por reforçar ainda mais o quadro do subdesenvolvimento, o qual reflete o descompasso existente entre a parcela dos agentes econômicos que incorporam em suas atividades econômicas o progresso técnico e a outra parcela que ainda se mantém atrelada às atividades econômicas tradicionais e de subsistência – acaba conduzindo o

1. Para mais detalhes, ver Pinto (2000).

2. Por meio da incorporação do progresso técnico nas estruturas econômicas. Assim sendo, essas inovações tecnológicas, ao serem incorporadas às funções de produção, transformam, em particular, o modo de combinação dos recursos naturais e humanos, ampliando, por conseguinte, a produtividade do trabalho e a qualidade do produto.

município a uma catástrofe social, que deve ser compreendida como um meio de manter parte da população à margem da sociedade, vivendo em condições de vulnerabilidade social, isto é, em situações de pobreza e extrema pobreza. Isso significa que, possivelmente, a forma de alocação dos recursos humanos e materiais (terra, capital e trabalho) para a produção de bens e serviços está promovendo a exclusão do sistema produtivo de parcela da população residente do município, ampliando, assim, o número de pessoas que vivem em situação de dependência de políticas sociais promovidas pelo Estado.

Se Tupaciguara é um caso de estilo de desenvolvimento cristalizado em uma economia periférica, então, carrega em si especificidades que devem ser destacadas em sua singularidade. Não é, contudo, um caso único, uma vez que há outros casos no território nacional, que, ao impulsionarem suas forças de transformação, acabam revelando a dura face da exclusão social.

Assim sendo, se faz necessário entender um pouco mais sobre o fenômeno da objetivação do desenvolvimento em uma localidade periférica que gravita no entorno do eixo central do capitalismo nacional. Para tanto, o fio condutor do argumento é mostrar se os impactos provocados pelo estilo de desenvolvimento em curso em Tupaciguara têm reforçado a exclusão social, a qual pode ser verificada pelos índices de extrema pobreza e pobreza.

O contexto da análise se cristaliza em uma região, como destacou Oliveira (2017), com um perfil dos mais dinâmicos do estado de Minas Gerais. Apesar disso, os problemas econômicos vivenciados, como aqueles apontados por Beirão, Barbosa e Leite (2019), demandam uma compreensão mais profunda, uma vez que, possivelmente, uma parcela dos trabalhadores locais está vivendo às margens da sociedade, requerendo, portanto, ações mais concretas do Estado, por meio de políticas públicas de bem-estar social.

Verificar como tal fenômeno se objetiva à luz das evidências empíricas torna-se a motivação principal desta investigação. Em vista disso, esta pesquisa se justifica por vários critérios, entre os quais acentua-se que não há na literatura econômica muitos trabalhos que discutem os impactos do estilo de desenvolvimento em Tupaciguara na questão social. Há estudos que analisaram o setor sucroenergético municipal, mas no contexto do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) ou, então, do estado de Minas Gerais. Em outros trabalhos observam-se discussões sobre aspectos específicos da

distribuição de renda municipal, porém sem focar para o caso singular de Tupaciguara, uma vez que o foco dos estudos é compreender aspectos macrorregionais do fenômeno.

Ademais, as questões municipais encontram-se também postas nas agendas do debate sobre o federalismo, já que os problemas locais demandam ações que interpenetram o campo de atuação dos entes federados, não sendo, por conseguinte, atribuição específica do município. Desse modo, elementos apontados na investigação podem servir de insumo para as ações coordenadas entre as esferas federal, estadual e municipal.

As pesquisas adotadas neste trabalho são descritivas e analíticas, isto é, as partes que constituem as estruturas econômicas são decompostas e depois reconstruídas, de forma descritiva, conforme o processo histórico que foi se objetivando, porém mediado por evidências teóricas. Para tanto, as bases de dados adotadas na investigação foram selecionadas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tais como: *i)* censo demográfico; *ii)* estimativa da população; *iii)* censo agropecuário; *iv)* pesquisa agrícola municipal; *v)* pesquisa pecuária municipal; e *vi)* cadastro de empresas.

Foram adotados, ainda, os registros administrativos das seguintes fontes: *i)* Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); *ii)* Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); *iii)* Cadastro Único do Ministério da Cidadania; e *iv)* o índice de vulnerabilidade social (IVS)³ elaborado pelo Ipea.

O trabalho está dividido em seis seções, além desta introdução, em que se apresentou a problematização da investigação, destacando seu objetivo e seus aspectos metodológicos. Na segunda seção, buscou-se expor as evidências teóricas que explicam de forma sucinta o conceito de estilo de desenvolvimento e suas implicações em economias periféricas. Na seção seguinte, examinaram-se alguns fatos estilizados sobre o estilo de desenvolvimento no município de Tupaciguara. Na quarta seção, o objetivo foi descrever aspectos da estrutura fundiária e da agricultura na região. Na quinta seção apresentou-se uma visão panorâmica do perfil do emprego formal em Tupaciguara nos anos recentes. Os parâmetros de vulnerabilidade social no

3. Conforme destacado por Costa e Marguti (2015, p. 8), o IVS identifica “falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional. Nessa medida, esse índice foi pensado para dialogar com o desenho da política social brasileira, uma vez que atesta a ausência ou insuficiência de ativos que, pela própria Constituição Federal de 1988 (CF/1988), deveriam ser providos aos cidadãos pelo Estado, nas suas diversas instâncias administrativas”.

município foram discutidos na sexta seção. Por fim, as observações finais do trabalho são apresentadas na última seção.

2 EVIDÊNCIAS TEÓRICAS SOBRE O ESTILO DE DESENVOLVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES EM ECONOMIAS PERIFÉRICAS

O conceito de estilo de desenvolvimento foi elaborado inicialmente por Pinto (2000) com o objetivo de apresentar notas sobre a natureza do desenvolvimento nas economias da América Latina. O autor definiu assim o estilo de desenvolvimento:

por um ângulo estritamente econômico, poderíamos entender por estilo de desenvolvimento a maneira como, dentro de um determinado sistema, os recursos humanos e materiais são organizados e distribuídos, com o objetivo de resolver as indagações sobre o que, para quem e como produzir os bens e serviços (*op. cit.*, p. 619).

Primeiramente, é importante ressaltar que o contexto econômico destacado pelo autor se refere ao modo de inserção de uma economia no sistema capitalista, isto é, como economia central ou periférica. Em economias periféricas, como a brasileira, a estrutura produtiva é marcada por uma formação econômica moldada pelo processo de heterogeneidade estrutural que mostra o hiato existente entre as economias modernas e aquelas ainda arraigadas na subsistência e nos métodos tradicionais.

Para Pinto (2000, p. 575), isso significa que

a capacidade de irradiação ou impulsionamento do ‘setor moderno’ revelou-se, para dizer o mínimo, muito menor do que a esperada. Assim sendo, mais do que um progresso para a ‘homogeneização’ da estrutura global, perfila-se um aprofundamento de sua heterogeneidade.

A heterogeneidade estrutural é um dos fatores determinantes do subdesenvolvimento. Para Furtado (2009, p. 174),

as estruturas subdesenvolvidas são sistemas híbridos, constituídos por setores ou departamentos com comportamentos específicos. Em uma representação esquemática desses sistemas, chamamos de departamento desenvolvido o núcleo em que predomina a tecnologia moderna, esteja produzindo para o mercado externo ou interno. Ao setor remanescente da estrutura pré-capitalista chamaremos departamento atrasado.

Esse fenômeno de estruturas econômicas híbridas, ou em estágios distintos de transformação, não se caracteriza como etapas do processo de desenvolvimento capitalista. Sendo assim, o subdesenvolvimento é marcado como “(...) o deus jano, tanto olha para a frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social” (Furtado, 1992, p. 57).

Furtado (1998, p. 62) destacou que “(...) a superação do subdesenvolvimento não se daria ao impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político voltado para a mobilização de recursos sociais que permitisse empreender um trabalho de reconstrução de certas estruturas”.

Desse modo, os sistemas econômicos existentes nas economias periféricas estão marcados, por um lado, como moderno e integrado aos mercados globalizados e, por outro, como enraizado em economias de subsistência e tradicionais. Esses fatores econômicos em conjunto determinam o padrão de oferta de bens e serviços em uma região específica.

Sunkel e Paz (1970, p. 6, tradução nossa) definem as estruturas econômicas como a seguir.

Cada estrutura é um conjunto de elementos ou objetos relacionados entre si também por certas leis (por exemplo, a estrutura econômica será o resultado da maneira pela qual são articulados os recursos naturais, o capital, o trabalho, a tecnologia, os mecanismos de financiamento etc.).⁴

A forma como estão alocados em uma estrutura econômica determinará como os fatores de produção (terra, capital e trabalho) serão distribuídos, isto é, o que será produzido nessa economia, para quem será produzido e como será produzido. Esse conjunto de fatores irá estabelecer o estilo de desenvolvimento de uma região específica, a qual se encontra inserida em um contexto de uma economia periférica, como é o caso do Brasil.

4. “Cada estructura es un conjunto de elementos u objetos relacionados entre sí también por ciertas leyes (por ejemplo, la estructura económica será el resultado de la forma en que se articulan los recursos naturales, el capital, la mano de obra, la tecnología, los mecanismos de financiamiento, etc.).”

3 FATOS ESTILIZADOS⁵ SOBRE O ESTILO DE DESENVOLVIMENTO DE TUPACIGUARA

Em um estudo recente sobre a dinâmica socioeconômica da mesorregião do TMAP, Oliveira (2017, p. 31) destacou que “a representatividade dessa mesorregião dentro do estado de Minas Gerais, [coloca-a] como segunda maior participação no [produto interno bruto] PIB de Minas entre as doze mesorregiões, atrás apenas da metropolitana de Belo Horizonte”. Trata-se, portanto, de uma mesorregião que apresenta um forte dinamismo econômico, em especial, devido a suas conexões com os principais centros de consumo e produção nacional.

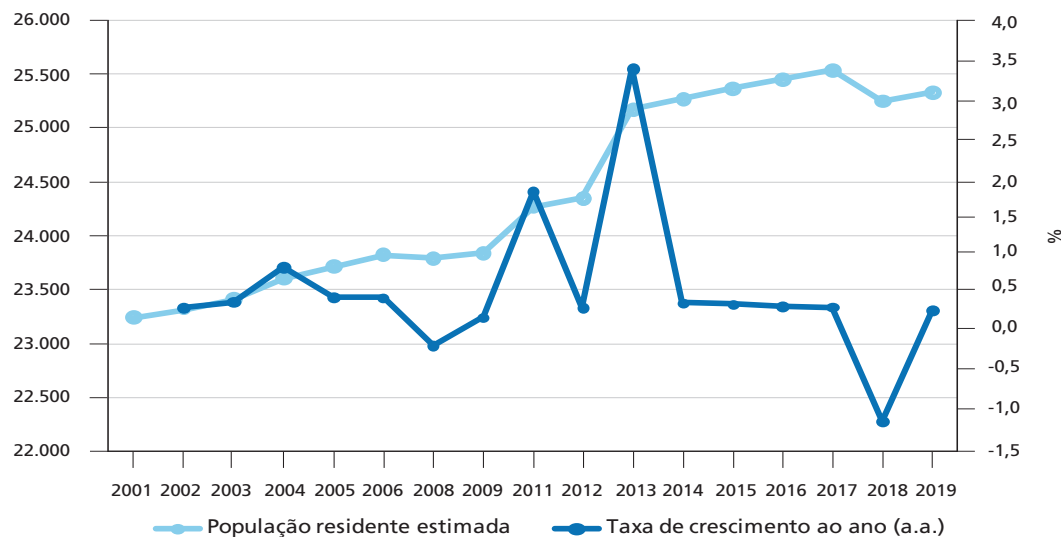
Tupaciguara encontra-se localizada na região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, a aproximadamente 79 km de Uberlândia, que é a principal cidade da microrregião. O município foi fundado há 108 anos, em 1º de junho de 1912. Sua área total é de 1.826.028 km², com uma densidade populacional de 13,9 hab./km². A população atual de Tupaciguara é estimada em 25.327 pessoas, das quais quase 62% são consideradas católicas apostólicas romanas, pouco mais de 14%, evangélicas e 9,5%, espíritas.⁶

Para se compreender um pouco mais sobre a forma de alocação dos fatores de produção em Tupaciguara é importante entender, primeiro, como aconteceu o crescimento da população residente (estimada entre 2001 e 2019), como também a forma como foram distribuídos, entre as classes sociais, a renda *per capita* e os rendimentos nominais mensais no município, no período 1991-2010. Esses indicadores permitem traçar, de forma simples, como está a distribuição da renda no município e as restrições postas ao padrão de consumo pelo lado da demanda.

5. Entende-se como fato estilizado uma aproximação teórica de um fenômeno observado empiricamente. O termo é comum nas ciências sociais, principalmente na economia, e foi utilizado primeiramente em Kaldor (1957), com fins de resumir as propriedades estatísticas do crescimento econômico de longo prazo.

6. Informações do IBGE.

GRÁFICO 1
Tupaciguara: população residente estimada (2001-2019)



Fonte: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Elaboração do autor.

Nota-se no gráfico 1 que a população estimada do município de Tupaciguara, entre 2001 e 2019, apresentou uma taxa de crescimento de 0,5% a.a., ao passo que a mesma taxa para a população brasileira foi de 1,1% a.a. Ou seja, a população de Tupaciguara está crescendo em ritmo aquém da metade daquele verificado para a população residente brasileira. Quando se verifica o comportamento anual da taxa de crescimento dessa população constata-se, porém, que houve um desempenho cíclico, com oscilações entre os períodos destacados a seguir.

- Períodos ascendentes: 2002-2004; 2008-2011; 2012-2013; e 2018-2019.
- Períodos descendentes: 2004-2005; 2006-2008; 2011-2012; e 2017-2018.
- Períodos constantes: 2005-2006; e 2014-2017.

Desse modo, a taxa de crescimento da população residente estimada de Tupaciguara, para o período de 2001-2019, foi positiva, porém com oscilações nos subperíodos. Esse fato, possivelmente, aponta para algum fenômeno demográfico: por exemplo, devido à queda da fecundidade que impacta na redução dos nascimentos no município, como também pelo processo de migração. Possivelmente também, esse movimento demográfico está correlacionado com aspectos centrais da dinâmica demográfica da mesorregião do TMAP. Tudo isso está criando restrições para o crescimento populacional tupaciguarense.

Essa questão foi apontada por Bertolucci (2017, p. 42):

o relevante efeito de sua posição geográfica e da dinâmica econômica internalizada, o que lhe garantiu ganhos populacionais, provavelmente resultantes de sua tradicional condição de região de passagem de migrantes e com forte potencial de atração e fixação dos mesmos. Essa condição certamente gerou incremento populacional devido ao saldo líquido positivo da migração, garantido em boa medida por seus municípios mais dinâmicos: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Araxá, entre outros.

Assim sendo, uma parcela da população tupaciguarense está se deslocando para municípios mais dinâmicos com o fito de encontrar empregos ou, então, melhores condições de bem-estar social.⁷ No longo prazo, isso pode causar limitações na oferta de mão de obra para os setores produtivos, uma vez que a população residente sobrando será, predominantemente, mais velha. Pode também aprofundar o abismo existente entre aqueles que conseguiram desenvolver suas capacidades e habilidades cognitivas conectando-se, desse modo, aos mercados nacionais e globalizados e aqueles que se mantiveram enraizados numa baixa escolaridade e gravitando à margem do sistema econômico e social tupaciguarense.

3.1 A renda *per capita* e rendimentos nominais mensais no município

A teoria do crescimento econômico adota a renda *per capita*⁸ como indicador econômico para verificar como se encontra o bem-estar dos indivíduos em uma região. Nesse sentido, apurou-se que, em 1991, a renda *per capita* média era R\$ 432,70, ao passo que em 2010 chegou a R\$ 665,76. Isso significa que, em quase duas décadas, a taxa de crescimento real foi de 2,3% a.a.⁹

Desagregando-se o cálculo para o quinto mais pobre da população, verificou-se que a renda domiciliar *per capita* média, em 1991, era de R\$ 60,42, ao passo que em 2010

7. Para Bertolucci (2017, p. 42), “importa, também, enfatizar o excepcional momento demográfico experimentado pelo TMAP e seus municípios componentes, principalmente aqueles com maior poder de atração populacional, nos quais ocorre o predomínio de pessoas em idades ativas, demandantes de oportunidades de educação em nível médio e superior e de inclusão no mercado de trabalho formal”.

8. Na contabilidade nacional, a renda *per capita* é uma identidade com o produto *per capita*.

9. Compreende-se a renda *per capita* como sendo a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos (aqui, em valores em reais de 1º de agosto de 2010). Os dados foram retirados da base de dados do IVS/Ipea.

encontrava-se em R\$ 152,16, isto é, uma taxa de crescimento real de 5,0% a.a. Em contrapartida, em 1991, a renda domiciliar *per capita* média do décimo mais rico da população era de R\$ 2.454,50 e, em 2010, de R\$ 2.668,59. Ou seja, em quase duas décadas, a taxa de crescimento real do estrato dos mais ricos expandiu em 0,4% a.a.

Assim sendo, a renda média dos mais ricos em 1991 era mais que quarenta vezes aquela verificada para os mais pobres. Em 2010, essa proporção caiu para pouco mais de 17,5 vezes, o que indica que houve um esforço importante na redução da concentração de renda entre as classes sociais. Apesar disso, percebe-se que ainda persiste um padrão de concentração de renda que demarca de forma clara, no tecido econômico local, que há uma pequena parcela da população que concentra parte significativa da renda gerada, *vis-à-vis* a grande massa de pessoas.

Possivelmente, esse efeito se agravou com a recessão econômica vivenciada pela economia brasileira depois de 2014, que impactou negativamente o emprego e a renda. Além do que, a crise fiscal e financeira vivenciada pelo Estado determinou uma redução no volume de recursos direcionados para os programas sociais do governo federal, fragilizando ainda mais a rede de proteção construída pelo estado de bem-estar social brasileiro com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

TABELA 1

Tupaciguara: classes de rendimento nominal mensal de pessoas de 10 anos ou mais de idade (2010)

	Número de pessoas
Sem rendimento	5.585
Até 1/4 de salário mínimo (SM)	984
Mais de 1/4 a 1/2 SM	1.162
Mais de 1/2 a 1 SM	5.516
Mais de 1 a 2 SMs	4.409
Mais de 2 a 3 SMs	1.377
Mais de 3 a 5 SMs	1.080
Mais de 5 a 10 SMs	638
Mais de 10 a 15 SMs	75
Mais de 15 a 20 SMs	137
Mais de 20 a 30 SMs	39
Mais de 30 SMs	60
Total	21.062

Fonte: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Elaboração do autor.

Verifica-se na tabela 1 que os dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, apontam que 26,5% dos habitantes de Tupaciguara não apresentavam nenhum rendimento; pouco mais de 10% recebiam entre um quarto do SM até meio SM; e quase 54% apresentavam um rendimento nominal mensal acima de meio SM até três SMs.

Para os estratos superiores de rendimento nominal mensal, observa-se que os tupaciguarenses que se encontravam entre mais de três SMs até dez SMs respondiam por pouco mais de 8% dos habitantes, ao passo que aqueles que se situavam em valores superiores a mais de dez SMs representavam 1,5% da população municipal.

Resumidamente, nota-se que, em 2010, pouco mais de 90% dos habitantes de Tupaciguara tinham os seus rendimentos nominais mensais concentrados em até três SMs, enquanto 9,6% aglutinavam seus rendimentos nas faixas superiores a três SMs. Em termos comparativos, esses mesmos dados, voltados para o país inteiro, apontam que quase 88% dos brasileiros apresentaram em 2010 rendimentos nominais mensais de até três SMs, sendo que os mineiros responderam por pouco mais de 89%. Isso indica que Tupaciguara apresenta um perfil de concentração de rendimentos mensais um pouco mais condensado que aquele verificado para o caso brasileiro e mineiro.

Esse processo de concentração de rendimentos só não foi mais grave porque fatores estabilizadores – como a política de estabilização monetária que implementou o Plano Real, em 1994, a qual reduziu o processo de hiperinflação existente no país, como também, políticas compensatórias, políticas sociais e territoriais adotadas pelos governantes que estiveram no poder entre 2003 e 2016 – atenuaram a dinâmica perversa de desigualdade na distribuição de renda que existe entre as classes sociais.

Segundo Calixtre e Fagnani (2018, p. 348), “(...) o principal motor da redução da pobreza extrema foi o sucesso do Programa Bolsa Família (PBF), que foi integrado ao Plano Brasil sem Miséria (PBM), marca maior do governo Dilma”. Desse modo, como destacado pelos autores, os efeitos das políticas sociais tiveram um papel ímpar como freio para o processo de concentração de renda no município. Isso foi confirmado pelo índice de Theil – L, que mede a desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* e captou, entre 1991 e 2010, uma importante redução, com o indicador passando de 0,75 para 0,43.

Esse processo de concentração de renda foi analisado em Beirão, Barbosa e Leite (2019). Para os autores, Tupaciguara é um dos municípios mineiros que apresentavam altíssima concentração de renda.

No ano de 1991, diversos municípios do estado de Minas Gerais tiveram seu coeficiente de Gini estratificado em baixíssimo, baixo, médio e alto. *Além dos estratos supracitados, os municípios que não obtiveram essas classificações receberam o estrato de altíssima concentração de renda.* Os municípios que receberam tal estrato correspondem a 18 (2,11%) dos 853 municípios do estado de Minas Gerais. São eles: (1) Almenara; (2) Baependi; (3) Campo Belo; (4) Carmo do Cajuru; (5) Conquista; (6) Crisólita; (7) Cruzeiro da Fortaleza; (8) Divisópolis; (9) Estrela do Indaiá; (10) Itambacuri; (11) Jesuânia; (12) Luminárias; (13) Mamonas; (14) Recreio; (15) Salto da Divisa; (16) Santa Maria do Suaçuí; (17) São Domingos das Dores; e (18) Tupaciguara (*op. cit.*, p. 7, grifo nosso).

Para Beirão, Barbosa e Leite, (2019, p. 8), os municípios classificados como de altíssima concentração de renda apresentam “(..) maior desigualdade em sua distribuição, pois a renda concentra-se na mão de poucos, e a maioria sofre com sua ausência”. Quer dizer, o processo de concentração de renda cria fortes restrições para o estilo de desenvolvimento econômico de uma região, uma vez que gera agudos obstáculos para a incorporação de uma parcela da sociedade ao sistema econômico, condenando essas pessoas a viverem como lumpesinato, isto é, à margem da sociedade e em condições materiais bastante frágeis.

3.2 Os agregados do PIB de Tupaciguara

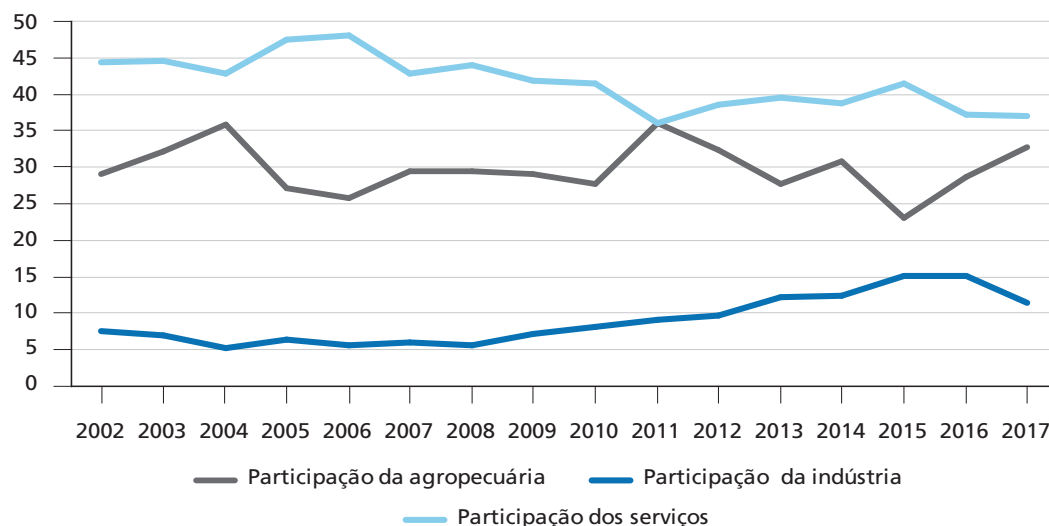
Os dados da participação dos setores produtivos no PIB de Tupaciguara no período de 2002 a 2017 (gráfico 2) indicam que o setor de serviços¹⁰ respondeu por pouco mais de 44% do produto tupaciguarense em 2002. Em seguida, vieram a agropecuária com 29% e, por fim, o setor industrial com 7,5%.

Em 2017, o setor de serviços manteve-se dominante no contexto do produto municipal, porém apresentou uma redução em sua contribuição, pois concentrou pouco mais de 37% da produção tupaciguarense. A seguir, vieram o setor da agropecuária, que apresentou um crescimento em sua participação e aglutinou quase 33% da produção

10. Segundo a tipologia do IBGE, os dados do setor de serviços referem-se à participação do valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços, exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, no valor adicionado bruto a preços correntes total (%).

municipal, e, por fim, o setor industrial, que também apresentou um crescimento em sua participação, respondendo por pouco mais de 11% do produto total.

GRÁFICO 2
Tupaciguara: participação dos setores produtivos no PIB municipal (2002-2017)
(Em %)



Fonte: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>.

O setor agropecuário é a segunda atividade econômica mais importante no município, reforçando, por conseguinte, as evidências empíricas destacadas por Oliveira (2017) para o caso do TMAP.¹¹ Seu comportamento entre 2002 e 2017 apresentou certas oscilações, impulsionadas pela expansão da produção, em particular das lavouras temporárias, como também por períodos de contração, os quais foram determinados pelos efeitos da política macroeconômica executada pelas autoridades econômicas do governo federal. Uma característica que também merece destaque refere-se à recuperação que aconteceu entre 2015 e 2017, quando essa atividade econômica ampliou sua produção agropecuária, impulsionada pela expansão das culturas de cana-de-açúcar, soja e milho.

11. Sobre o PIB na mesorregião do TMAP, Oliveira (2017, p. 20) destaca que “no valor adicionado bruto da agropecuária, em consonância com o já destacado potencial da mesorregião, o TMAP apresenta a maior participação média, a qual alcançou aproximadamente 29%, reforçando, outrossim, sua importância econômica dentro do estado de Minas Gerais. A segunda colocação foi a da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, com cerca de 19%”.

Já o setor industrial do município apresentou a menor participação no produto total tupaciguarense entre 2002 e 2017. Isso demonstra que o setor está aquém daquele verificado para a mesorregião do TMAP. Para Oliveira (2017, p. 20),

[de acordo com o] valor adicionado bruto da indústria, o TMAP se configura de modo importante, tendo sua participação média no período em análise de 16%, a segunda maior, atrás apenas da metropolitana de Belo Horizonte que se destaca com 49%, cumprindo ressaltar sobre esta última, a existência de especificidades que a caracterizam como região metropolitana e que corroboram para esse desempenho diferenciado.

Outro ponto que merece destaque em relação ao setor industrial refere-se à suave trajetória ascendente entre 2008 e 2016, porém com uma queda em sua participação no produto total a partir desse último ano, em particular por causa da crise econômica vivenciada pela economia brasileira no período.

De 2014 a 2016, ficou marcado para a indústria brasileira como a época em que houve o “pior desempenho histórico, superando até mesmo a evolução negativa de final de 2008 e início de 2009, decorrida dos desdobramentos da crise financeira internacional, iniciada em 2007-2008 nos Estados Unidos e propagada para o resto do mundo” (Sarti e Hiratuka, 2018, p. 127).

Os impactos dos efeitos macroeconômicos sobre a estrutura industrial foram sentidos também nos setores econômicos do município, em especial na indústria de transformação, que apresenta uma forte penetração nos setores baseados em recursos naturais. Por tudo isso, pode-se destacar que há uma certa limitação no estilo de desenvolvimento municipal, uma vez que, no sentido de evidência teórica, a indústria de transformação tem um papel predominante para impulsionar o desenvolvimento econômico de uma região. Na ausência de seus efeitos dinamizadores, a capacidade de estimular e integrar os elos das cadeias produtivas tornam-se mais frágeis.

Somente a título de exemplificação, em 2017, as informações existentes no Cadastro Central de Empresas do IBGE sobre a estrutura industrial tupaciguarense apontavam a existência de setecentas empresas e outras organizações. Desse total, quase 7% representavam as indústrias de transformação. Entre as principais empresas que fazem parte do setor industrial do município, destacam-se a Destilaria Cachoeira Ltda. e a Bioenergética Aroeira S/A, as quais processam a cana-de-açúcar, além da Vazante Agropecuária, a Cia. Mineira de Laticínios e a Laticínios Origem.

Em 2017, a estrutura da indústria de transformação de Tupaciguara era composta por 47 empresas. Desse total, pouco mais de 85% concentravam-se em oito setores econômicos, entre os quais se destacavam os setores responsáveis pela fabricação de produtos alimentícios, com quase 30% das empresas. Em seguida, vinham os setores de impressão e reprodução de gravações, com 10,6%, a fabricação de metal, exceto máquinas e equipamentos com 10,6%, a fabricação de produtos de minerais não metálicos, com 8,5%, a fabricação de produtos diversos, com 6,4%, a fabricação de produtos de madeira com 4,3%, e, por fim, a fabricação de produtos químicos, com 4,3% (tabela 2).

TABELA 2
Tupaciguara: empresas e outras organizações da indústria de transformação, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0

Indústrias de transformação	Total
Fabricação de produtos alimentícios	14
Impressão e reprodução de gravações	5
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	5
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	5
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	4
Fabricação de produtos diversos	3
Fabricação de produtos de madeira	2
Fabricação de produtos químicos	2
Fabricação de bebidas	1
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1
Fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	1
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1
Fabricação de máquinas e equipamentos	1
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1
Total	47

Fonte: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Elaboração do autor.

No caso específico do setor de fabricação de produtos alimentícios, os subsetores que mais se destacaram foram aqueles relacionados com moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais, com quase 29%, seguidos por laticínios, com 21,4%, fabricação de outros produtos alimentícios, com 21,4%, abate e fabricação de produtos de carne, com 7,1%, fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais, com 7,1%, fabricação e refino de açúcar, com 7,1%, e, finalmente, torrefação e moagem de café com 7,1%.

4 ASPECTOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DA AGROPECUÁRIA DE TUPACIGUARA

A agropecuária tupaciguarense é marcada profundamente pelo processo de modernização conservadora,¹² uma vez que sua estrutura fundiária concentra-se, sobremaneira, em médias e grandes propriedades rurais, nas quais os produtores rurais demandam de forma crescente inovações em microeletrônica, informática, biotecnologia, engenharia genética, mecânica e físico-químicas derivadas de uma agricultura científica globalizada.

Para Frederico (2013, p. 2), a agricultura científica globalizada deve ser compreendida como uma

nova forma de organização do agronegócio brasileiro, emergente na década de 1990, caracterizada principalmente pela incorporação das novas tecnologias da informação ao campo e pela menor intervenção estatal. Trata-se da transição de um período de forte intervenção estatal na agricultura, predominante desde a década de 1960, para uma maior regulação das empresas mundiais do comércio agrícola (*tradings*); e do aperfeiçoamento e uso mais intensivo dos insumos químicos, biológicos e mecânicos difundidos pelo paradigma da Revolução Verde.

Os dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017 (tabela 3) indicam que a taxa de crescimento do uso de tratores em Tupaciguara cresceu 2,4% a.a., ao passo que, no caso brasileiro, ficou em 3,7% a.a. e no mineiro, 5,4% a.a. Já em relação às semeadeiras e plantadeiras, a taxa de crescimento em Tupaciguara foi de apenas 0,4%, enquanto para o caso brasileiro foi de 1,1% a.a. e para o mineiro, 2,8% a.a.

Naquilo que se refere ao uso de colheitadeiras, observa-se que a taxa de crescimento em Tupaciguara foi de 2,7% a.a. Ao mesmo tempo, no país, a taxa foi de 3,7% a.a.; e em Minas, 7,5% a.a. A expansão do uso de adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário, por sua vez, aumentou em Tupaciguara 1,6% a.a. Durante esse tempo, a taxa no Brasil cresceu 5% a.a.; e em Minas Gerais, 6,8% a.a.

12. Para mais detalhes, ver Pires e Ramos (2009).

TABELA 3
Brasil, Minas Gerais e Tupaciguara: indicadores de modernização agropecuária

Censo	Indicador de modernização	Brasil	Minas Gerais	Tupaciguara
2006	Tratores	820.718	92.043	555
	Semeadeiras/plantadeiras	318.273	23.775	189
	Colheitadeiras	116.081	10.888	62
	Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	147.884	20.551	113
2017	Tratores	1.229.907	163.431	722
	Semeadeiras/plantadeiras	357.793	32.220	198
	Colheitadeiras	172.199	24.224	83
	Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	253.206	42.256	135

Fonte: Censo Agropecuário, 2006; 2017.

O setor agropecuário é delimitado por uma heterogeneidade produtiva, visto que existem, no mesmo espaço e tempo, agricultores ainda enraizados em estruturas produtivas tradicionais e de subsistência, como também produtores demandantes de inovações biológicas, mecânicas e físico-químicas, as quais impulsionam sua produtividade.

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017 mostram que, dos 642 estabelecimentos existentes no município, 338 pertencem a agricultores familiares,¹³ e os 304 restantes são provenientes da agricultura patronal. Isso significa que quase 53% dos estabelecimentos agropecuários no município são familiares e pouco mais de 47% são patronais. Desse modo, o valor da participação da agricultura familiar do município no total dos estabelecimentos foi inferior aos valores apurados para a média brasileira (77%) e para Minas Gerais (aproximadamente 73%).

Convém destacar que se entende como agricultura familiar a definição expressa na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece os critérios a seguir.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

13. Del Grossi *et. al.* (2019) ressaltam que há um problema metodológico ao se comparar a agricultura familiar do Censo Agropecuário de 2006 com a do Censo Agropecuário de 2017.

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); e

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

Em relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a participação dos estabelecimentos de agricultores familiares tupaciguarenses por tipologia foi a seguinte: *i*) 53,3% foram classificados como pertencentes ao Pronaf Grupo B;¹⁴ *ii*) 44,7% ao Pronaf Grupo V (renda variável); e *iii*) 2,1% não dependem do Pronaf.¹⁵ Assim, parte importante da agricultura tupaciguarense depende de ações e políticas governamentais para manter a sua atividade econômica ativa.

Um fato que merece atenção refere-se à área média dos estabelecimentos agropecuários tupaciguarenses (gráfico 3). Não há dúvidas de que a área média da agropecuária patronal, não familiar, é mais que undécuplo daquela verificada para a agricultura familiar. Para a primeira, a área média é de 382 ha, ao passo que a da agricultura familiar é de 34 ha.

Desagregando os dados referentes ao grupo de área total, constata-se que dos 642 estabelecimentos agropecuários existentes em Tupaciguara, quase 22% concentram-se em faixas de áreas entre 20 ha a menos de 50 ha. Isso representa uma área média de 34 ha. Em seguida, vieram os estabelecimentos que se encontram na faixa de 50 ha a menos de 100 ha, com quase 20% e uma área média de 72 ha, como também os estabelecimentos que estão nos estratos de 100 ha a menos de 200 ha, que aglutinam 16,5% e possuem a área média de 142 ha. Esses três estratos juntos concentram quase 58% na quantidade de estabelecimentos de Tupaciguara em 2017.

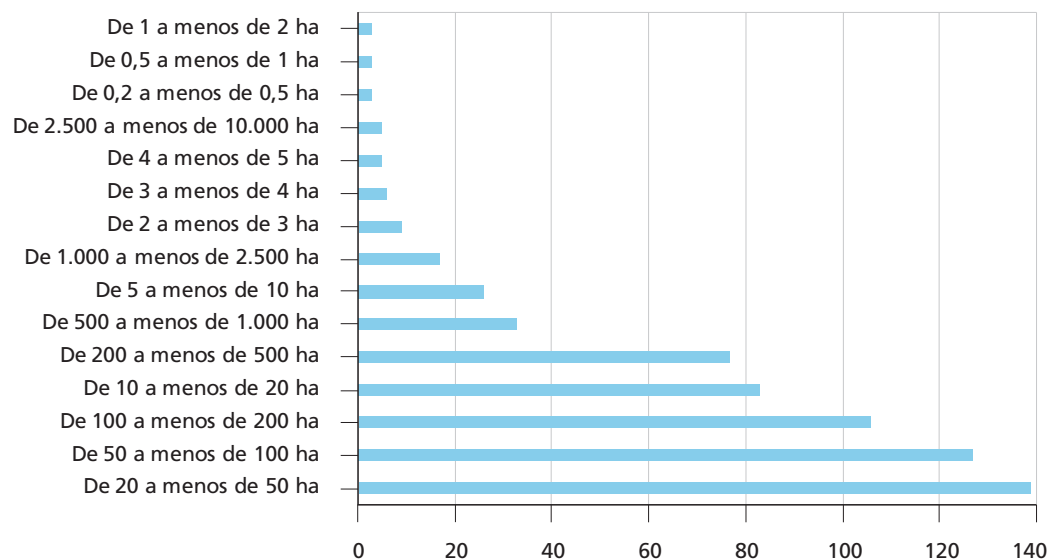
Os estabelecimentos que se encontram nos estratos superiores às faixas de 200 ha apresentam a seguinte estrutura fundiária: aqueles que se situam nos estratos

14. Pronaf B é uma linha de crédito rural voltada para produção e geração de renda das famílias agricultoras de mais baixa renda do meio rural, transformando-as em fator de desenvolvimento econômico e social.

15. Conforme a Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018, que disciplinou a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

de 200 ha a menos de 500 ha respondem por 12% dos estabelecimentos agropecuários do município e apresentam uma área média de 305 ha.

GRÁFICO 3

Tupaciguara: estabelecimentos por estrato área (2017)

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Já em relação ao estrato dos 500 ha a menos de 1 mil hectares, verifica-se que concentram pouco mais de 5% dos estabelecimentos e possuem uma área média de 659 ha. Os estabelecimentos que se agrupam entre 1 mil hectares a 2,5 mil hectares respondem por 2,6% e têm uma área média de 1.629 ha. Por fim, os estabelecimentos municipais de 2.500 ha a menos de 10 mil hectares respondem por 0,8% e possuem uma área média de 4.826 ha.

Em suma, os dados do Censo Agropecuário de 2017 destacam que 21,5% do total dos estabelecimentos agropecuários de Tupaciguara concentram-se no estrato de 0,1 ha a menos de 20 ha; e que 20,6% se encontram no estrato de 200 ha a menos de 10 mil hectares. Em termos comparativos, o estrato de 0,1 ha a menos de 20 ha para o caso brasileiro foi de 64,5%, ao passo que para Minas Gerais foi de 58,5%. O estrato de 200 ha a menos de 10 mil hectares, em nível nacional, representou quase 5%; e em Minas Gerais, 5,6%. Em vista disso, pode-se afirmar que a estrutura fundiária de Tupaciguara se concentra em médias e grandes propriedades rurais.

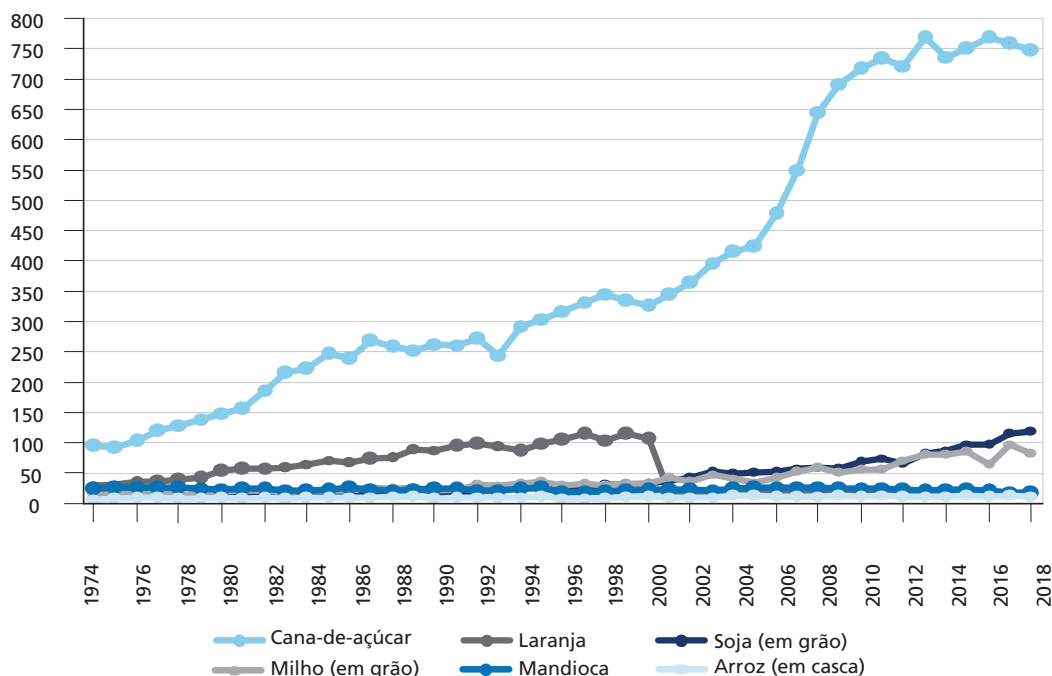
Em termos do valor da produção por grupo de atividade econômica, os dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que, dos R\$ 317,405 mil gerados na atividade econômica, pouco mais de 67% estavam relacionados com a produção de lavouras temporárias, 29,3% com pecuária e criação de outros animais, 0,6% com a produção de sementes e mudas certificadas e, por fim, 0,1% com produção de lavouras permanentes.

Segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE (gráfico 4), em 2018, a quantidade da produção da agricultura temporária de Tupaciguara foi de 1.387.658 t, sendo que a cana-de-açúcar respondeu por 89% do total da produção do município. Em seguida, vieram soja em grão, com 6,5%; milho, com 2,5%; e sorgo, com 1,2%.¹⁶

GRÁFICO 4

Tupaciguara: produção das lavouras temporárias e permanentes (1974-2018)

(Em milhões de toneladas)



Fonte: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Elaboração do autor.

16. É importante ressaltar que o uso da variável produção como parâmetro para verificar a estrutura de produção agrícola em Tupaciguara se justifica porque, em um ambiente comandado pela agricultura científica globalizada, como destacado por Frederico (2013, p. 9), a "quantidade produzida cresce num ritmo maior que a área plantada, decorrente dos constantes avanços tecnológicos".

Verifica-se no gráfico 4 que, desde 1974, a cultura de cana-de-açúcar apresenta um papel importantíssimo na produção agrícola de Tupaciguara, respondendo, nesse ano, por pouco mais de 43% da produção total municipal. Em seguida, vieram as culturas de laranja, com pouco mais de 13%; mandioca, com 11,2%; milho, com 7,4%; soja, com 3,6%; e arroz, com 3,1%. Juntas, essas seis culturas responderam por pouco mais de 82% de toda produção agrícola tupaciguareense em 1974.

Observa-se ainda que, em 1980, a cana-de-açúcar manteve sua posição principal na produção agrícola do município, com quase 48%, seguida da cultura da laranja (17,5%), mandioca (7,5%), milho (6,5%), soja (4,8%) e arroz (3,1%). Essas seis culturas, somadas, concentraram quase 87% de toda produção agrícola de Tupaciguara.

Em 1990, a participação da cultura de cana-de-açúcar apresentou uma expansão e aglutinou 56% da produção total agrícola do município. Em seguida vieram as culturas de laranja, com quase 19%; mandioca, com 5,2%; milho, com 4,6%; soja, com 4,2%; e arroz, com 1,6%. A soma total dessas culturas representou pouco mais de 90% da PAM. Portanto, entre 1980 e 1990 houve uma expansão das culturas de cana-de-açúcar e laranja, porém com perda de participação das culturas de mandioca, milho, arroz e soja.

Nos anos 2000, a cana-de-açúcar ainda permaneceu na liderança da PAM, com pouco mais de 55%, seguida pelas culturas de laranja (18%), soja (5,6%), milho (5,5%), mandioca (quase 4%) e arroz (pouco menos de 2%), essas culturas totalizando 90% da PAM. É importante ressaltar que, entre 1990 e 2000, as culturas de cana-de-açúcar, milho, soja e arroz apresentaram um incremento em sua participação na produção total do município, ao passo que as demais decresceram.

Em 2010, nota-se algumas alterações na estrutura da produção agrícola tupaciguareense. A cana-de-açúcar continuou como principal cultura municipal, com sua produção concentrando 75,4% do total produzido. Já a cultura da laranja apresentou uma perda significativa em sua participação na produção agrícola total, aglutinando pouco menos de 2%.

A cultura da soja agregou pouco mais de 7% da produção agrícola, seguida pelo milho, com quase 6%. Em contrapartida, a cultura de mandioca respondeu por 2,6%

e a de arroz, por 1,2%. Somadas, as seis foram responsáveis por pouco mais de 94% da produção agrícola do município. Resumindo, entre 2000 e 2010, as culturas que apresentaram forte expansão foram aquelas relacionadas com cana-de-açúcar, soja e milho, ao passo que as demais tiveram reduzidas as suas participações na produção agrícola tupaciguarenses.

Enfim, 2018 ainda registrou a cana-de-açúcar como a principal cultura municipal, com pouco mais de 70% da produção agrícola total do município. Em seguida, vieram as culturas da soja, com 11,2%; milho, com quase 8%; mandioca, com 1,7%; laranja, com 1,6%; e arroz, com 1,1% – as seis culturas juntas respondendo por quase 94% da PAM. Desse modo, observa-se que, entre 2010 e 2018, a PAM de Tupaciguara expandiu nas culturas de cana-de-açúcar, soja e milho. As demais culturas, porém, apresentaram uma redução em sua participação agrícola.

A tabela 4 destaca que, em termos de taxa de crescimento da produção, as culturas que apresentaram maior destaque no período 1974-2018 foram aquelas relacionadas com cana-de-açúcar, soja, milho e arroz. Ao se observar o comportamento das culturas por décadas, entretanto, constata-se que somente as de cana-de-açúcar, soja e milho tiveram taxas de crescimento positivas. Isso indica que, nas quatro décadas analisadas, essas culturas sempre tiveram uma expansão na produção agrícola do município. Entre 2010 e 2018, pode-se constatar que as culturas que mais se destacaram em termos de crescimento foram mesmo as de soja, milho, cana-de-açúcar e arroz.

TABELA 4

Tupaciguara: taxas de crescimento da produção agrícola por t (a.a.)

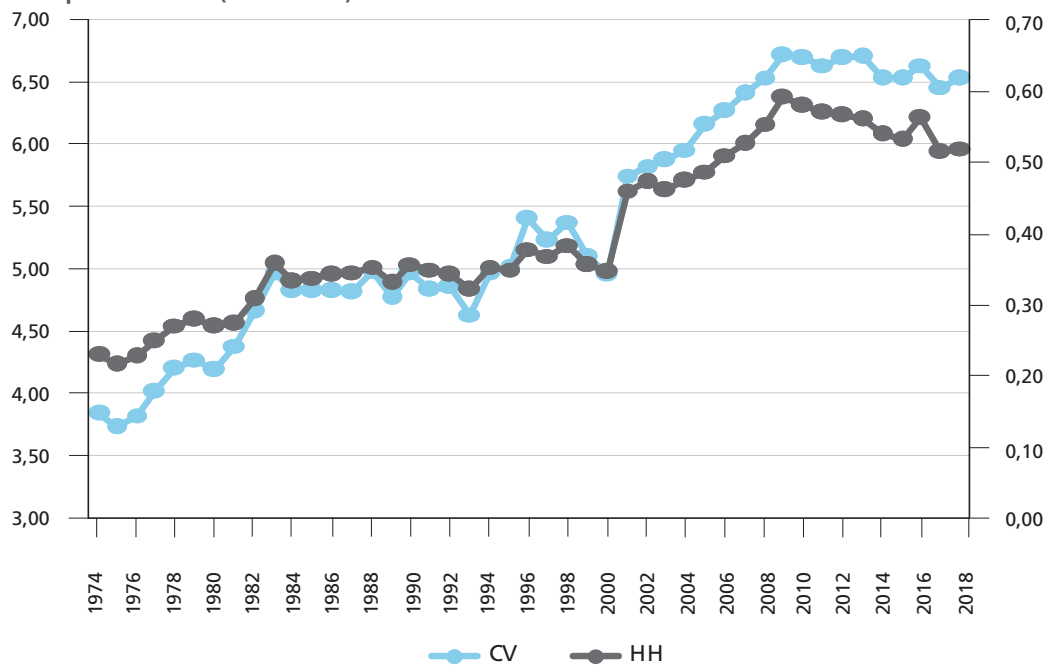
(Em %)

	1974-2018	1980-1990	1990-2000	2000-2010	2010-2018
Cana-de-açúcar	4,8	5,9	2,2	8,2	0,5
Laranja	-1,3	4,9	2,0	-16,1	-1,3
Soja (em grão)	6,3	2,8	5,1	7,7	7,0
Milho (em grão)	3,8	0,5	4,2	5,5	5,1
Mandioca	-0,8	0,4	-0,5	0,8	-4,2
Arroz (em casca)	1,3	-2,7	4,1	0,1	0,6

Fonte: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Elaboração do autor.

O gráfico 5 destaca que, no período 1974-2018, os índices de concentração¹⁷ Herfindhal-Hirschman (HH) e Coeficiente de Variação (CV) indicaram que houve um processo de concentração da produção agrícola no município, sobretudo em algumas culturas, como no caso de cana-de-açúcar, soja e milho, que responderam por grande parte da produção agrícola tupaciguarense.

GRÁFICO 5
Tupaciguara: índices de concentração da produção das lavouras temporárias e permanentes (1974-2018)



Fonte: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Elaboração do autor.

Esse processo de concentração da PAM, em especial, em culturas como a cana-de-açúcar, pode causar problemas sociais no município, visto que são culturas que demandam pouca mão de obra do setor urbano e rural. Segundo as evidências empíricas encontradas por Santos (2017) e Cleps Junior (2016), a expansão territorial da cana-de-açúcar acelerou a exclusão dos agricultores familiares de seus estabelecimentos agropecuários.

17. Para mais detalhes sobre a metodologia de cálculo dos índices de concentração, ver Hoffmann (1991).

De acordo com Cleps Junior (2016, p. 136),

a expansão do capital sucroenergético, além da conflitualidade, tem acelerado a concentração de terras e o desemprego rural pela mecanização, uma vez que o processo de produção agrícola é praticamente mecanizado, com o deslocamento de agricultores camponeses familiares das terras onde ocorrem a incorporação pela compra, além da substituição de culturas como as alimentares, as pastagens tradicionais e áreas remanescentes de cerrados.

Isso acontece, porque as culturas de cana-de-açúcar e de soja, por se localizarem em uma região de planalto, como em Tupaciguara, são favorecidas pelo relevo plano, que facilita o processo de mecanização, demandando, assim, poucos trabalhadores para os cultivos. Sem falar que são culturas que necessitam de escala de produção para serem rentáveis e, por isso, precisam expandir constantemente sua área de produção, retirando parte dos agricultores familiares de seus estabelecimentos agropecuários, por meio de arrendamentos.

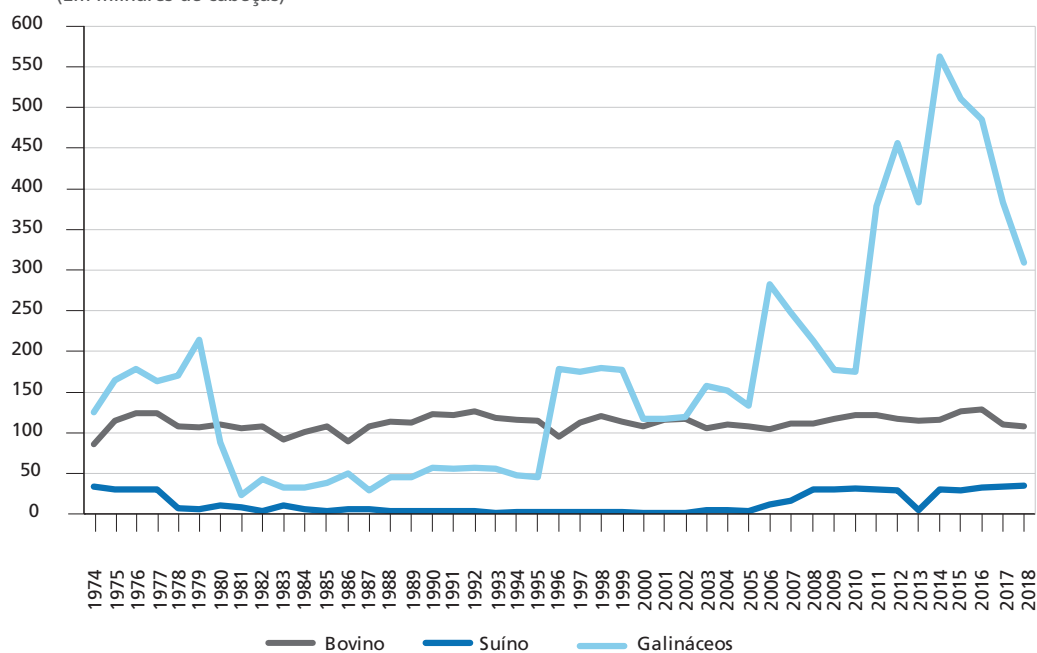
A especialização da produção agrícola ocorreu porque culturas como cana-de-açúcar, soja e milho são insumos nos processos de produção dos elos que formam as cadeias produtivas de alguns complexos agroindustriais brasileiros. Em relação à cana-de-açúcar, sua produção atende às demandas das seguintes agroindústrias sucroalcooleiras tupaciguarenses: *i)* Destilaria Cachoeira Ltda.; *ii)* Bioenergética Aroeira S/A; e *iii)* Araporã Bioenergia S/A.¹⁸

No caso da soja e do milho, são insumos para fabricação de grãos, farelos, óleos e produtos derivados que abastecem a empresa Selecta, no município de Araguari, como também, as empresas ADM, Algar Agro, BRF S/A e Cargill, que estão estabelecidas em Uberlândia. Há também empresas instaladas em Itumbiara, município vizinho no estado de Goiás, que demandam oleaginosas e milho de Tupaciguara, com destaque para as empresas Caramuru, Cargill e Louis Dreyfus Commodities. Além disso, uma parte da produção é deslocada para atender às demandas dos mercados internacionais. Por sua vez, produtos como feijão e mandioca, que fazem parte da cesta básica de consumo do brasileiro, estão perdendo espaço na produção local.

18. A usina Araporã Bioenergia S/A encontra-se localizada próxima ao município de Araporã, que foi emancipado de Tupaciguara em abril de 1992.

No caso da pecuária tupaciguarenses, pode se observar, no gráfico 6, que o tipo de rebanho que se mais destacou no período 1974-2018 foi o galináceo, que apresentou uma taxa de crescimento de 2,1% a.a., porém com variações diferenciadas durante as décadas. Entre 1980 e 1990, a taxa de crescimento foi de -4,2% a.a.; e entre 1990 e 2000, 7,4% a.a. De 2000 a 2010, houve um crescimento de 4,1% a.a. No período de 2010-2018, o número de cabeças de galináceos cresceu à taxa de 7,4% a.a.

GRÁFICO 6
Tupaciguara: efetivo dos rebanhos (1974-2018)
(Em milhares de cabeças)



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)/IBGE. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2018>>. Elaboração do autor.

Já em relação aos efetivos de bovinos, constata-se que a taxa de crescimento entre 1974 e 2018 foi de 0,5% a.a. O comportamento entre as décadas, contudo, foi cíclico, uma vez que apresentou uma taxa de crescimento de 1,1% a.a. entre 1980 e 1990; na década seguinte, 1,3% a.a.; entre 2000 e 2010, 1,2% a.a.; e entre 2010 e 2018, -1,4% a.a.

O comportamento dos efetivos suínos, por seu turno, apresentou uma taxa de crescimento entre 1974 e 2018 de 0,1% a.a. É importante ressaltar, no entanto, que nas décadas de 1980 e 1990 e 1990 e 2000, a taxa de crescimento foi negativa, isto é, -9,6% a.a. (1980-1990) e -6,8% a.a. (1990-2000). Não obstante, na década de 2000 a 2010 a taxa de

crescimento foi extremamente expressiva, superior a 31% a.a. Esse ritmo acelerado, todavia, não se reproduziu no período seguinte, quando a taxa de crescimento ficou em 1,3% a.a.

Em suma, o que se verifica é que o efetivo de galináceos ainda é a principal atividade econômica no setor pecuário tupaciguarense, mesmo exibindo um decréscimo a partir de 2014. Os efetivos bovinos, por sua vez, mesmo apresentando a segunda maior participação no município no período 1974-2018, expressaram uma certa tendência de estabilidade ao longo dos anos, sem apresentar fortes sobressaltos. Já os efetivos de suínos também demonstraram estabilidade ao longo dos anos quanto ao que se refere à taxa de crescimento do número de cabeças no município.

4.1 Breve nota sobre a heterogeneidade estrutural da agropecuária tupaciguarense

A heterogeneidade estrutural do setor agropecuário de Tupaciguara será aferida pelo comportamento da produtividade do trabalho, que indica a razão entre o valor da produção agropecuária e o pessoal ocupado. Esse indicador tem por objetivo destacar como o progresso técnico penetrou de forma diferenciada nos estabelecimentos agrícolas municipais, reforçando a modernização de uma parcela deles *vis-à-vis* aqueles que permaneceram enraizados em estruturas produtivas tradicionais e de subsistência.

No caso do valor da produção da agropecuária tupaciguarense, a atividade econômica que mais contribuiu foram as lavouras temporárias, com R\$ 213,840 mil, seguida pela pecuária e criação de outros animais, com R\$ 92,984 mil, e pela produção das lavouras permanentes, com R\$ 2,063 mil. Em relação ao grupo de pessoal ocupado, observa-se que, das 2.885 pessoas contratadas nesse setor econômico, a pecuária e a criação de outros animais absorveram pouco mais de 51% do pessoal, seguido pela produção de lavouras temporárias, com 45,5%, e de lavouras permanentes, com 1,0%.

Desse modo, pode-se aferir que há uma forte heterogeneidade na agropecuária de Tupaciguara, visto que há, no mesmo espaço e tempo, atividades econômicas que apresentam dissimilaridades em termos de incorporação de inovações tecnológicas em seus processos de produção. Por exemplo: a produtividade média do trabalho nas lavouras temporárias era de R\$ 163 por trabalhador, ao passo que nas lavouras permanentes era de R\$ 69 por trabalhador e, por fim, na pecuária e criação de outros animais era de R\$ 63 por trabalhador.

Esses dados indicam claramente que a absorção de pacotes tecnológicos, inovações biológicas, físico-químicas e mecânicas, pelos produtores rurais locais

aconteceu de forma bastante heterogênea. Isso ficou claro quando se observou que, dos 642 produtores do município, quase 64% não receberam nenhuma orientação técnica.

No caso específico da agricultura familiar, os dados do Censo Agropecuário de 2017 destacam que, dos 338 estabelecimentos, quase 25% receberam alguma orientação técnica. Desse total, 3,3% tiveram como fonte o governo (federal, estadual ou municipal); 15,4%, o próprio produtor; 1,2%, cooperativas; 0,6%, empresas integradoras; e 4,4%, outras fontes. Por fim, 257 estabelecimentos de agricultores familiares não receberam nenhuma orientação técnica.

Em termos de grau de escolaridade, grande parte dos agricultores familiares sabe ler e escrever, sendo que quase 38% possuem o antigo primário; 19,5% têm o ensino fundamental ou 1º grau; 14%, o ensino médio ou 2º grau; e quase 12%, nível superior. Isso significa que grande parte dos produtores rurais enraizados na agricultura familiar não recebem nenhuma ou alguma orientação técnica para melhorar a produtividade de seus produtos e ainda possuem baixa escolaridade. Tudo isso é um sinal claro de que a agricultura familiar em Tupaciguara, além de ser heterogênea, apresenta também baixa incorporação de inovações tecnológicas em seus processos produtivos.

Pode-se aferir que a agropecuária tupaciguarense, segundo o Censo Agropecuário de 2017, é predominantemente enraizada na agricultura familiar, concentrando sua produção agropecuária em áreas que são, em média, undécuplo inferiores àquelas voltadas para a agropecuária patronal (não familiar). Além disso, há uma primazia de lavouras temporárias, em especial de cana-de-açúcar, e de pecuária e criação de outros animais. A agropecuária tupaciguarense é marcada, portanto, por uma forte heterogeneidade produtiva que tem como mecanismo propulsor a difusão diferenciada do progresso técnico entre aquelas unidades de produção modernizadas e de subsistência e tradicionais.

5 UMA VISÃO PANORÂMICA DO PERFIL DO EMPREGO FORMAL EM TUPACIGUARA NOS ANOS RECENTES

Um dos critérios estabelecidos para a compreensão do estilo de desenvolvimento refere-se à forma de alocação dos recursos humanos. Para isso, o entendimento do perfil do emprego formal no município em anos recentes torna-se de suma importância, a fim de se desvelar como foram estabelecidos os vínculos dos trabalhadores no mercado de trabalho no período.

As informações empíricas adotadas na compreensão do fenômeno provêm de duas fontes. A primeira refere-se aos registros administrados da RAIS da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia – instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975 –, que esboçam o comportamento do mercado de trabalho formal de Tupaciguara.

A segunda fonte refere-se às informações empíricas provenientes dos registros administrativos do CAGED da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia, que estão sistematizados conforme estabelecido na Lei nº 4.923, de dezembro de 1965. Os dados retratados referem-se aos trabalhadores que tiveram empregos formais em estabelecimentos identificados no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro Específico do INSS (CEI).

A tabela 5 destaca que o estrato referência dos estabelecimentos empresariais tupaciguarenses que melhor remunerou sua força de trabalho foi o que demandou de 50 a 99 empregados, que pagou em média quase quatro SMs. Em seguida, vieram os estabelecimentos com mais de 1 mil trabalhadores, que pagaram 73,5% do valor médio dos SMs dos estabelecimentos de referência.¹⁹

TABELA 5
Tupaciguara: tamanho dos estabelecimentos por remuneração do trabalhador em SMs (2018)

Tamanho do estabelecimento ¹	Remuneração SM ²
De 1 a 4	1,48
De 5 a 9	1,60
De 10 a 19	2,42
De 20 a 49	1,78
De 50 a 99	3,76
De 100 a 249	1,70
De 250 a 499	2,38
De 500 a 999	2,65
1000 ou mais	2,77
Total	2,24

Fonte: Banco de dados da RAIS. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>>.

Elaboração do autor.

Notas: ¹ Número de empregados.

² Remuneração SM refere-se à média da remuneração do trabalhador em dezembro, em SMs.

19. Refere-se aos estabelecimentos de 50 a 99 que representam uma remuneração média de 3,76 SMs.

Os estabelecimentos que demandaram de 500 a 999 trabalhadores remuneraram sua mão de obra em 70,5% dos valores pagos pelos estabelecimentos de referência. É importante ressaltar ainda que os estabelecimentos situados entre 10 e 19 trabalhadores pagaram sua força de trabalho em pouco mais de 64% dos estabelecimentos de referência.

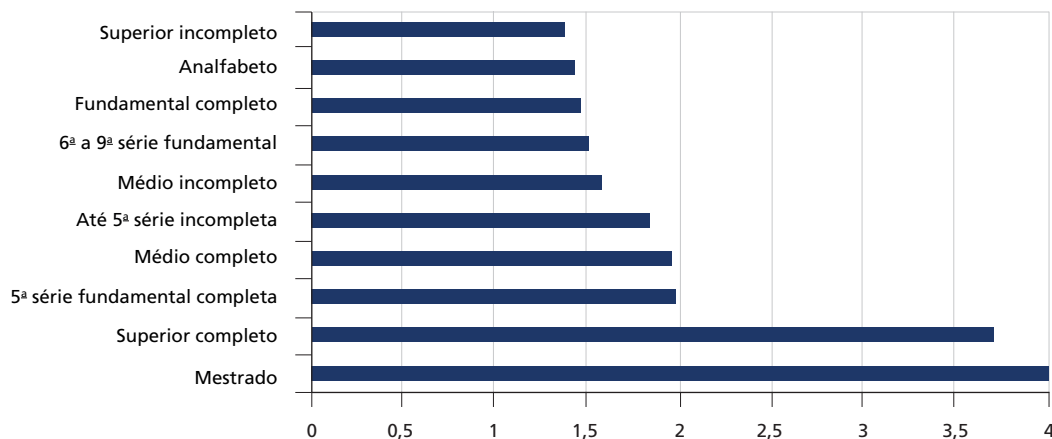
Isso significa que os pagamentos efetuados por esses estabelecimentos foram superiores àqueles encontrados para os estratos de 250 a 499 trabalhadores, como também para aqueles de 100 a 249 trabalhadores e de 20 a 49 trabalhadores. Compreende-se, portanto, que os estabelecimentos de 10 a 19 trabalhadores, mesmo apresentando porte inferior *vis-à-vis* aos grandes estabelecimentos, ainda assim, remuneraram melhor sua força de trabalho. Em contrapartida, os estabelecimentos de tamanho inferior a nove trabalhadores apresentaram remunerações que ficaram 43% aquém do valor médio dos SMs dos estabelecimentos de referência.

Os dados do gráfico 7 destacam que os trabalhadores que apresentaram as melhores remunerações em Tupaciguara em 2018 foram aqueles que apresentaram uma titulação de mestre, pois receberam em média quatro SMs. Em seguida, vieram os trabalhadores com curso superior completo. Já os trabalhadores que apresentaram o 5º ano do fundamental completo e o ensino médio completo receberam naquele ano os mesmos valores em termos de SMs médios, isto é, dois SMs.

Em contrapartida, os trabalhadores que receberam os piores SMs médios foram os que possuíam o ensino superior incompleto ou então eram analfabetos, uma vez que suas remunerações foram de 1,4 SM. Comparativamente, os trabalhadores que possuíam até a 5ª série do fundamental incompleto receberam, em média, quase 33% acima dos valores pagos aos trabalhadores com ensino superior incompleto. Sem falar que os trabalhadores com ensino médio incompleto receberam 14% acima do valor médio em SMs dos trabalhadores com ensino superior incompleto.

GRÁFICO 7

Tupaciguara: grau de escolaridade por remuneração do trabalhador em SMs (2018)



Fonte: Banco de dados da RAIS. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>>.

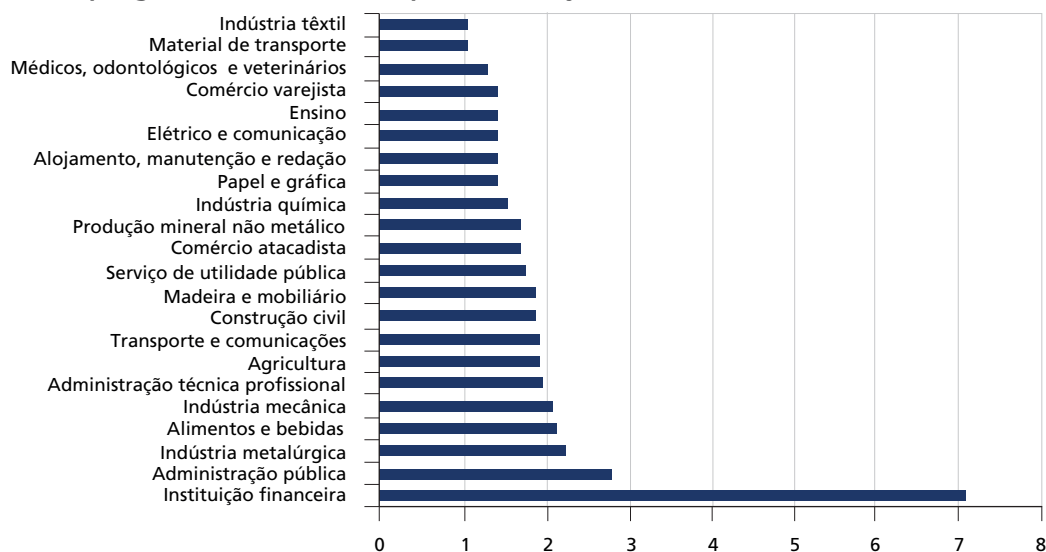
Elaboração do autor.

Obs.: Remuneração do trabalhador em SM refere-se à média da remuneração do trabalhador em dezembro, em SMs.

Como é destacado a seguir, no gráfico 8, os trabalhadores vinculados às instituições financeiras do município foram os que apresentaram as melhores remunerações em termos de SMs médios. Em seguida, vieram os trabalhadores vinculados à administração pública, que receberam, em média, quase 3 SMs. Os trabalhadores vinculados à indústria têxtil, por sua vez, foram os que apresentaram as piores remunerações em termos de SMs médios, recebendo somente um SM.

GRÁFICO 8

Tupaciguara: subsetor do IBGE por remuneração do trabalhador em SMs (2018)



Fonte: Banco de dados da RAIS. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>>.

Elaboração do autor.

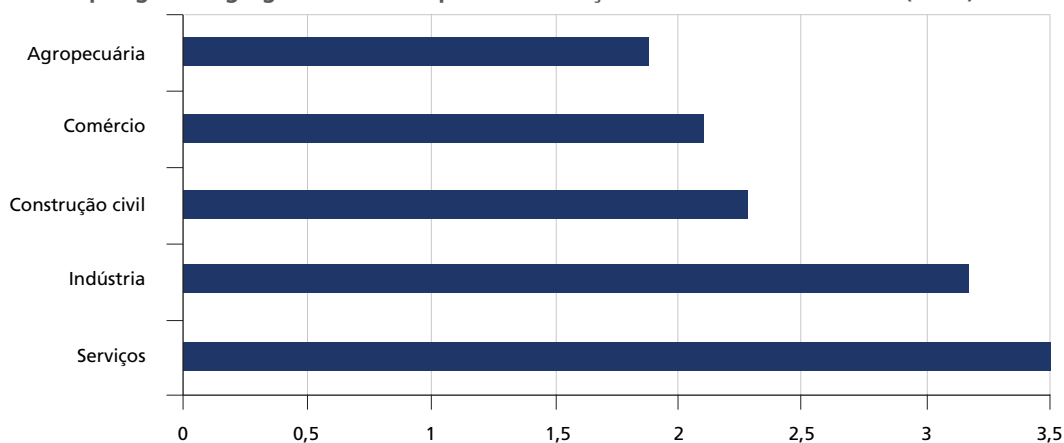
Obs.: Remuneração do trabalhador em SM refere-se à média da remuneração do trabalhador em dezembro, em SMs.

Os trabalhadores vinculados ao setor de material de transporte receberam pouco mais de um SM, ao passo que aqueles que trabalham nos setores de serviços médicos, odontológicos e veterinários ganharam em média pouco mais de 1,2 SM. Um fato que merece registro refere-se à remuneração dos trabalhadores vinculados ao ensino, visto que seus salários ficaram quase 36% acima do valor médio dos SMs pagos aos trabalhadores da indústria têxtil.

Por fim, o gráfico 9 destaca que o setor de prestação de serviços e o setor industrial foram aqueles que apresentaram as melhores médias em termos de SMs para os trabalhadores de Tupaciguara em 2018. As piores remunerações, em termos de SMs médios, foram encontradas na agropecuária e no comércio.

GRÁFICO 9

Tupaciguara: agregados setoriais por remuneração do trabalhador em SMs (2018)



Fonte: Banco de dados da RAIS. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>>.

Elaboração do autor.

Obs.: Remuneração do trabalhador em SM refere-se à média da remuneração do trabalhador em dezembro, em SMs.

No caso da tabela 6, observa-se que pouco mais de 41% da participação da massa salarial tupaciguarense se concentraram no estrato referente aos trabalhadores que possuem o ensino médio completo. Em seguida, vieram as posições relacionadas com os trabalhadores que possuem o fundamental completo, com pouco mais de 18%, e os trabalhadores que possuem da 6ª a 9ª série do fundamental, com quase 15% da participação na massa salarial. Esses três níveis juntos agregaram pouco mais de 74% da soma total paga em salários.

TABELA 6
Tupaciguara: participação do grau de instrução dos trabalhadores na massa salarial (2019)

Grau de instrução	Massa salarial
Analfabeto	299.400
Até 5ª série incompleta	1.236.600
5ª série completa fundamental	1.938.000
6ª a 9ª série fundamental	4.695.600
Fundamental completo	5.875.500
Médio incompleto	2.471.900
Médio completo	13.130.700
Superior incompleto	852.800
Superior completo	1.437.100
Total	31.937.600

Fonte: Banco de dados do CAGED. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Elaboração do autor.

Esses dados mostram que parte significativa da força de trabalho em Tupaciguara tem baixa escolaridade, dificultando, deste modo, o processo de agregação de valor e conhecimento às cadeias produtivas existentes no município. Esse fato torna-se mais acentuado quando se adicionam os trabalhadores que possuem o ensino médio incompleto, já que a participação desse estrato de escolaridade salta para 82% naquilo que se refere à participação na massa salarial municipal.

Esses dados relacionados aos SMs médios pagos em Tupaciguara em 2018 reforçam a constatação verificada no Censo Demográfico de 2010, de que grande parte dos trabalhadores recebem até três SMs. A maior participação na massa salarial concentra-se, sobremaneira, no típico trabalhador com baixa escolaridade.

6 A VULNERABILIDADE SOCIAL EM TUPACIGUARA: RESPOSTAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Como foi exposto, o estilo de desenvolvimento de Tupaciguara vem se alicerçando em um processo de modernização que prima pelo uso de inovações tecnológicas em sua agropecuária, em especial, incentivando culturas como cana-de-açúcar, soja e milho, que estão vinculadas a elos das cadeias produtivas integradas aos mercados nacionais e internacionais. Além disso, demandam pouca mão de obra, em decorrência do processo de mecanização de seus cultivares.

O mercado de trabalho tupaciguarenses é marcado majoritariamente por um perfil de mão de obra que apresenta baixa escolaridade e remunerações concentradas em estratos inferiores a três SMs. Esses aspectos, em conjunto, reformam um estilo de desenvolvimento econômico que não consegue absorver uma parcela significativa da população local no sistema formal de emprego e renda. Quer dizer, com isso, se o mercado de trabalho for deixado livre para alocar os recursos humanos no sistema produtivo, haverá um agravamento da vulnerabilidade social, situação de extrema pobreza e pobreza, uma vez que parcela dos trabalhadores não será absorvida pelo sistema de produção local.

Esse efeito poderá ser mitigado por meio de políticas sociais do governo federal, as quais têm por fito proporcionar uma complementação de renda para as famílias atingirem um mínimo de bem-estar social. Assim sendo, se faz necessário compreender como se encontra a questão da vulnerabilidade social no município. Para tanto, busca-se entender o fenômeno por dois caminhos conceituais e metodológicos, dado que ainda não existem as informações do Censo Demográfico de 2020,²⁰ que permitem mapear de forma acurada o perfil econômico e social daquelas famílias que se encontram em condições de vulnerabilidade social.

O primeiro caminho preocupa-se em assimilar, de forma quantitativa, como as políticas públicas adotadas no período de 2000 a 2010 tiveram um papel efetivo na redução da vulnerabilidade social em Tupaciguara. Para isso, adotaram-se os dados ofertados pelo IVS/Ipea, em parceria com algumas fundações e institutos estaduais vinculados aos governos estaduais, para verificar a evolução do grau de vulnerabilidade social existente no município.

O indicador síntese utilizado na análise foi o IVS, que é composto por três dimensões: *i*) IVS infraestrutura urbana; *ii*) IVS capital humano; e *iii*) IVS renda e trabalho. É importante ressaltar que os dados utilizados para a construção do IVS derivam dos censos demográficos realizados pelo IBGE em 2000 e 2010.

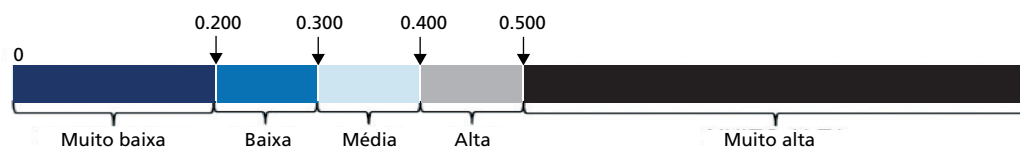
O segundo caminho é utilizar os dados do Cadastro Único do governo federal, que permitem traçar o perfil daqueles beneficiários de baixa renda que receberam benefícios

20. Segundo informações do IBGE, a coleta de dados está prevista para o período de agosto a outubro de 2020.

dos principais programas sociais do governo em dezembro de 2019. Essa combinação de metodologias possibilita que se trace um cenário mais amplo da vulnerabilidade social em Tupaciguara, uma vez que o IVS não consegue capturar recentemente como se encontra o quadro de extrema pobreza e pobreza no município, visto que sua narrativa vale somente para 2000 e 2010. Assim, não é possível apontar o número de pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza e pobreza no município, pois há uma parcela desses lumpesinatos que não recebem benefício de nenhum programa social do governo federal; é possível somente destacar o retrato desse problema em um momento específico do tempo na localidade.

Inicialmente, observa-se que os dados do IVS para Tupaciguara indicam que, em 2000, o grau de vulnerabilidade era 0,39, ao passo que, em 2010, encontrava-se em 0,29. Isso significa que, conforme a classificação padrão do IVS, Tupaciguara passou de uma situação de média vulnerabilidade social em 2000 para outra de baixa vulnerabilidade em 2010 (gráfico 10).

GRÁFICO 10
Graus de vulnerabilidade segundo o IVS



Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social/Ipea. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>>.

Em nível dos componentes do IVS, constata-se que o índice de infraestrutura urbana²¹ passou de 0,17, em 2000, para 0,14, em 2010, ou seja, houve uma melhoria nas condições de oferta de serviços públicos para aquelas atividades relacionadas com a mobilidade urbana e serviços de saneamento básico. Naquilo que se refere ao IVS capital humano,²² constata-se que passou de 0,47, em 2000, para 0,37, em 2010. Isso indica que houve no período uma melhoria nos serviços públicos ofertados no

21. Segundo Costa e Marguti (2015, p. 8), o índice de infraestrutura urbana significa que "o subíndice que contempla a vulnerabilidade de infraestrutura urbana procura refletir as condições de acesso aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, dois aspectos relacionados ao lugar de domicílio das pessoas e que impactam significativamente seu bem-estar".

22. Para Costa e Marguti (2015, p. 9), "o subíndice referente a capital humano envolve dois aspectos (ou ativos e estruturas) que determinam as perspectivas (atuais e futuras) de inclusão social dos indivíduos: saúde e educação".

âmbito de saúde e educação. Por fim, o IVS renda e trabalho²³ mostra que houve uma melhora nos indicadores, com uma redução de 0,54, em 2000, para 0,36, em 2010.

Esses dados sinalizam que a redução da vulnerabilidade social no município teve uma parcela importante de sua explicação no conjunto de políticas públicas que foram implementadas pelo governo federal, as quais impactaram de forma positiva nos indicadores relacionados com infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho.

Um exemplo disso refere-se à proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio SM, que, em 2000, representava 53,8% e, em 2010, encontrava-se na casa dos 26,46%. Em dez anos, portanto, a vulnerabilidade desse estrato social reduziu-se pela metade, em virtude das políticas sociais desenvolvidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores.

Em anos recentes, as informações existentes não são suficientes para construir um cenário mais acurado da vulnerabilidade social no município. Independentemente das limitações encontradas por falta de informações empíricas atualizadas, adotam-se os dados do Cadastro Único do governo federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, como indicadores para se traçar um panorama atual da vulnerabilidade social em Tupaciguara.

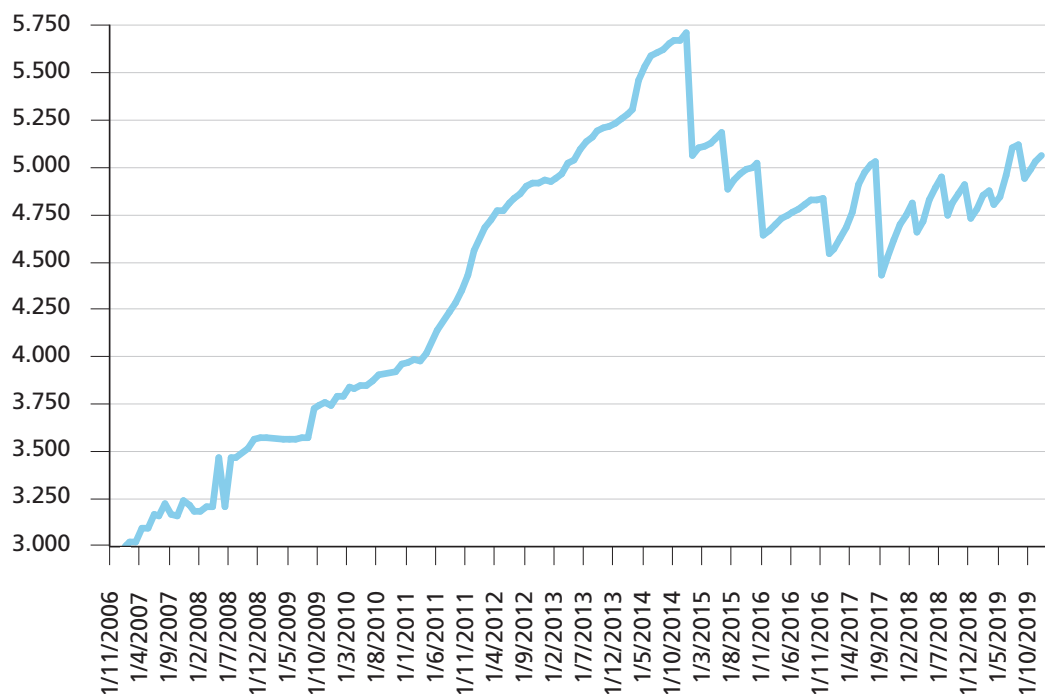
Os dados do Cadastro Único do governo federal permitem esse tipo de construção empírica porque agregam todos os recursos orçamentários desembolsados pelo governo federal em programas sociais para as famílias de baixa renda nos municípios brasileiros. Entre esses programas, destacam-se o Bolsa Família, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Programa Minha Casa Minha Vida, a Bolsa Verde etc.

É importante ressaltar que os dados do Cadastro Único refletem as condições das famílias que se encontram registradas e com benefícios concedidos pelos programas sociais do governo federal. Quer dizer, aquelas que já estão recebendo alguma ajuda do governo federal.

23. De acordo com Costa e Marguti (2015, p. 10), “a vulnerabilidade de renda e trabalho, medida por esse subíndice, agrupa não só indicadores relativos à insuficiência de renda presente (percentual de domicílios com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo de 2010), mas incorpora outros fatores que, associados ao fluxo de renda, configuram um estado de insegurança de renda: a desocupação de adultos; a ocupação informal de adultos pouco escolarizados; a dependência com relação à renda de pessoas idosas; assim como a presença de trabalho infantil”.

Esse cenário traçado pelos dados do Cadastro Único não espelha efetivamente a situação de vulnerabilidade social do município, pois os recursos orçamentários do governo federal para os gastos sociais, depois de novembro de 2014, quando se agravou a crise fiscal e financeira, vêm apresentando uma redução em termos de valor, como também, no número de famílias contempladas. Desse modo, o gráfico 11 destaca a evolução do número de famílias cadastradas e beneficiárias dos programas sociais vinculados ao Cadastro Único.

GRÁFICO 11
Tupaciguara: número de famílias no Cadastro Único do governo federal



Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)/Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>>.

Entre os programas do Cadastro Único, o PBF foi instituído pelo governo federal em 2003 e convertido na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Seu objetivo foi efetuar uma transferência de renda para as famílias que se encontram no estado de extrema pobreza e pobreza, a fim de haver uma complementação de renda para que atinjam o mínimo de bem-estar social.

Em termos de participação na totalidade dos programas que constituem o Cadastro Único, observa-se que, em 2016, o PBF representou quase 37% de todas as famílias contempladas por programas sociais do governo federal. Em 2019, as famílias beneficiadas pelo Bolsa Família já respondiam por 44,6%, ou seja, entre 2016 e 2019, a taxa de crescimento das famílias beneficiárias pelo programa cresceu em 10,6% a.a., ao passo que aquela registrada no Cadastro Único aumentou 3,7% a.a. Quer dizer, a taxa de crescimento das famílias contempladas pelo Bolsa Família foi quase o triplo daquela registrada para o Cadastro Único.

No caso Tupaciguara, as famílias beneficiárias do Bolsa Família (tabela 7) apresentaram um comportamento cíclico entre 2004 e 2019. Isto é, nota-se que houve um crescimento de 14,5% a.a. no número de famílias beneficiárias entre 2004 e 2007. Por outro lado, entre 2007 e 2016 observa-se que existiu uma redução em pouco mais acentuada, isto é, de -2,5% a.a. No entanto, no período de 2016 a 2018, quando exacerbou a crise econômica da economia brasileira, percebe-se que houve uma expansão de 22,6% a.a. no número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família no município. Por fim, entre 2018 e 2019, o número de famílias contempladas pelo Bolsa Família em Tupaciguara apresentou uma taxa de crescimento de quase -10% a.a.

TABELA 7
Tupaciguara: famílias e valores repassados para o município pelo PBF (2004-2019)

Ano	Número de famílias beneficiárias	Valor total repassado (R\$)	Valor médio dos benefícios (R\$)
2004	1.410	660.884	469
2005	1.949	2.187.450	1.122
2006	2.059	2.402.867	1.167
2007	2.118	2.837.520	1.340
2008	1.912	3.276.396	1.714
2009	2.008	3.738.335	1.862
2010	1.817	3.600.212	1.981
2011	1.910	3.869.990	2.026
2012	1.919	4.219.294	2.199
2013	1.766	4.675.603	2.648
2014	1.802	4.356.853	2.418
2015	1.679	3.845.718	2.290
2016	1.669	3.968.839	2.378
2017	2.248	4.571.876	2.034
2018	2.507	5.323.413	2.123
2019	2.258	5.158.060	2.284

Fonte: SAGI/MDS. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/index.html#>>.
Elaboração do autor.

Obs.: Em valores constantes de 2019, com o deflator índice nacional de preços ao consumidor (INPC).

Em relação ao valor total repassado para os beneficiários do Bolsa Família em Tupaciguara, identifica-se que entre 2004 e 2013 houve um crescimento de pouco mais de 24% a.a. Entre 2013 e 2015, no entanto, ocorreu uma redução de pouco mais de -9,0% a.a. Entre 2015 e 2018, quando acentuou a crise econômica brasileira, nota-se que o crescimento foi de pouco mais de 11% a.a. no valor total repassado do Bolsa Família para as famílias tupaciguarenses. Por sua vez, entre 2018 e 2019, o crescimento do valor repassado foi -3,1% a.a.

Já no caso dos valores médios repassados, identifica-se que entre 2004 e 2013 houve um crescimento de pouco mais de 21% a.a., ao passo que entre 2013 e 2017 ocorreu uma redução de pouco mais de -6,0% a.a. Entre 2017 e 2019, vê-se que a taxa de crescimento dos valores médios repassados do Bolsa Família para os tupaciguarenses cresceu em 6% a.a.

Por fim, verifica-se que os valores totais repassados pelo Bolsa Família às famílias do município apresentaram crescimentos substantivos até 2013, porém com oscilações depois desse período, visto que os impactos da crise econômica vivenciados pela economia brasileira foram sentidos tanto pela população em situação de extrema pobreza e pobreza como também no orçamento do governo federal.

Com a crise fiscal e financeira do governo federal, a estratégia adotada para ampliar os recursos do Bolsa Família para as famílias em vulnerabilidade social foi a redução do valor médio dos benefícios repassados para as famílias entre 2013 e 2017. Observa-se, então, que, a partir de 2018, no bojo do forte ajuste fiscal do governo federal, houve uma redução no número de famílias e no valor total repassado pelo programa para Tupaciguara, ainda que com um pequeno acréscimo no valor médio dos benefícios.

A tabela 8 mostra que, em dezembro de 2019, existiam em Tupaciguara 11.540 pessoas em condições de vulnerabilidade social, dependendo de programas do governo federal para se sustentar e obter condições objetivas de sobrevivência. Desse total, quase 53% encontravam-se no estrato de extrema pobreza, isto é, não possuíam condições mínimas para se manterem economicamente, como cidadãos vinculados à sociedade.

TABELA 8
Tupaciguara: faixa de renda familiar *per capita* dos beneficiários dos programas federais relativos ao Cadastro Único (dez./2019)

Faixa da renda familiar <i>per capita</i>	Total
Extrema pobreza	6.069
Pobreza	1.088
Baixa renda	2.290
Acima de meio SM	2.093
Total	11.540

Fonte: SAGI/MDS. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php>.

Elaboração do autor.

Obs.: Extrema pobreza = pessoas cadastradas em famílias com renda *per capita* mensal de R\$ 0,00 até R\$ 89,00.

Pobreza = pessoas cadastradas em famílias com renda *per capita* mensal entre R\$ 89,01 e 178,00.

Baixa renda = pessoas cadastradas em famílias com renda *per capita* mensal entre R\$ 178,01 e meio SM.

Na situação de pobreza, um grau melhor que a extrema pobreza, existiam pouco mais de 9% dos tupaciguarenses. Constata-se, ainda, que quase 20% desses beneficiários encontravam-se na situação de baixa renda. Por fim, pouco mais de 18% das pessoas cadastradas se encontravam na faixa de quem recebia acima de meio SM e se enquadravam nas condições para recebimento dos programas sociais do governo federal.

Um fato que merece registro refere-se às pessoas beneficiárias dos programas sociais do governo federal que recebem até um SM. Elas representavam quase 85% de todos os beneficiários em dezembro de 2019. Isso significa que quase 39% da população residente estimada pelo IBGE vivia em situação precária no município de Tupaciguara. Além disso, quase 46% dessa população residente estimada é demandante de programas do governo federal. Por sua vez, esses beneficiários estão distribuídos de tal forma que 94% se concentraram no setor urbano e 6% no setor rural do município.

A tabela 9 destaca que, das 10.435 pessoas que responderam sobre o seu grau de instrução, quase 49% indicaram que possuíam o fundamental incompleto. Aqueles que não dispunham de nenhuma instrução somaram 19%, ao passo que aqueles que contavam com o ensino médio perfizeram quase 13%. No caso dos beneficiários que tinham o fundamental completo, a participação foi de quase 9%, seguido por aqueles que tinham o ensino médio incompleto, que perfizeram quase 8%, e aqueles que possuíam superior incompleto ou mais, com quase 3%.

TABELA 9
Tupaciguara: grau de instrução dos beneficiários dos programas federais relativos ao Cadastro Único (dez./2019)

Grau de instrução	Total
Sem instrução	1.985
Fundamental incompleto	5.085
Fundamental completo	928
Médio incompleto	811
Médio completo	1.328
Superior incompleto ou mais	298
Sem resposta ¹	1.105
Total	11.540

Fonte: Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD)/SAGI/MDS. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php>. Elaboração do autor.

Nota: ¹ Os valores referentes a esse estrato foram subtraídos do número total de pessoas que responderam à pergunta sobre o grau de instrução.

Seguramente, pode-se constatar que o perfil de instrução do beneficiário dos programas sociais federais em Tupaciguara em 2019 apresenta uma baixa escolaridade, uma vez que quase 88% têm o grau de instrução até o ensino médio completo. Desse total, pouco mais de 17% não têm nenhuma instrução, e pouco mais de 44% têm o fundamental incompleto.

Outro fato que merece destaque é que, dos 10.435 beneficiários dos programas sociais do governo federal registrados no Cadastro Único, 10% concentram-se na faixa das famílias que se encontram na extrema pobreza e não apresentam nenhuma instrução (tabela 10). Isso se agrava quando se adicionam aquelas pessoas com o ensino fundamental incompleto, que representam mais de 23%. Ou seja, pouco mais de 33% desses beneficiários possuem até o fundamental incompleto e vivem na extrema pobreza.

TABELA 10
Tupaciguara: faixa de renda familiar *per capita* por grau de instrução (dez./2019)

Faixa da renda familiar <i>per capita</i>	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto ou mais
Extrema pobreza	1.039	2.416	568	489	569	84
Pobreza	191	432	98	103	145	28
Baixa renda	338	1.112	158	164	336	84
Acima de meio SM	417	1.125	104	55	278	102
Total	1.985	5.085	928	811	1.328	298

Fonte: CECAD/SAGI/MDS. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php>. Elaboração do autor.

Já no caso dos beneficiários que se encontram na pobreza, observa-se que a concentração maior ocorre entre os indivíduos que possuem o fundamental incompleto, pois representam pouco mais de 4% do total dos beneficiários. Se adicionado os sem instrução, a parcela se expande para 6%. Já aqueles beneficiários que se encontram na baixa renda apresentam uma concentração maior no fundamental incompleto, aglutinando quase 11% dos beneficiários registrados no Cadastro Único. Somada aos beneficiários sem instrução, essa parcela cresce para quase 14%.

Por fim, os favorecidos com renda acima de meio SM concentram-se entre aqueles que possuem o fundamental incompleto, respondendo por quase 11% dos beneficiários totais. Em seguida, vêm aqueles sem instrução, que concentram 4%. Desse modo, esses dois segmentos aglutinam quase 15% do total de pessoas que recebiam programas do governo federal em Tupaciguara em dezembro de 2019. Em síntese, pode-se afirmar que quase 68% do conjunto dos beneficiários registrados nas faixas da renda familiar *per capita* do Cadastro Único em Tupaciguara em dezembro de 2019 não apresentam nenhuma instrução ou possuem somente o fundamental incompleto.

7 OBSERVAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi verificar em que medida o estilo de desenvolvimento em curso no município de Tupaciguara está determinando a exclusão de parcela da população dos sistemas produtivos locais, aumentando, por conseguinte, o número de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza, pobreza e baixa renda em anos recentes.

Para efetuar essa análise, adotou-se um conceito de estilo de desenvolvimento que permitiu compreender o fenômeno como sendo reflexo da dinâmica de uma economia periférica que é marcada por um processo de heterogeneidade estrutural e produtiva. Estas contradições do processo dilatam o hiato existente entre estruturas econômicas que estão em processo de modernização e aquelas que ainda se encontram enraizadas em economias tradicionais e de subsistência. Esse é o pano de fundo em que foi tecida a narrativa sobre os impactos do estilo de desenvolvimento de Tupaciguara na questão da vulnerabilidade social.

Primeiramente, é importante ressaltar que o processo de produção agropecuário municipal é marcado profundamente pela concentração da produção em culturas como as de cana-de-açúcar, soja e milho. Esses cultivos são mais facilmente adaptados às condições

topográficas do relevo tupaciguarense e incorporam em seus processos produtivos as inovações tecnológicas provenientes da agricultura científica globalizada, a qual incrementa a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, expande a produção agrícola.

Essa forma de alocar os recursos materiais e humanos demanda uma parcela menor de trabalhadores, visto que os sistemas de produção das culturas dominantes adotam muita inovação tecnológica, especialmente, por meio da mecanização no plantio e na colheita. Desse modo, cada vez mais, há um aumento na produção para atender as exigências provenientes dos elos das cadeias produtivas, em particular dos setores sucroalcooleiros e oleaginosas, porém com menos trabalhadores – sobretudo em uma estrutura fundiária dominada pela média e grande propriedade rural.

Esse descompasso entre oferta e demanda por força de trabalho vai ampliar a lacuna existente no mercado de trabalho local, o qual se torna mais seletivo em decorrência das transformações tecnológicas provenientes da agricultura científica própria da globalização, como também das novas tendências impostas pelo padrão da indústria 4.0, que demanda um trabalhador mais conectado com os saberes relativos a: *i)* sistemas ciber-físicos; *ii)* análise de *Big Data*; *iii)* serviços de computação na nuvem; *iv)* internet das coisas; *v)* internet dos serviços; *vi)* manufatura aditiva; e *vii)* inteligência artificial.

A agricultura familiar, por sua vez, poderia ser uma alternativa para absorver parcela da força de trabalho no município, porém não é tão pujante no contexto da agropecuária municipal, que é marcada, sobremaneira, por culturas vinculadas com padrões intensivos em capital e terra. Por exemplo, a área média dos estabelecimentos agropecuários voltados para a agricultura patronal é mais que undécuplo da agricultura familiar. Assim sendo, em Tupaciguara, além de ter menor área média, a agricultura familiar ainda tem que sobreviver em meio a culturas de cana-de-açúcar, soja e milho.

Dos 642 produtores existentes no município em 2017, 64% não receberam nenhuma orientação técnica para incrementar a produtividade do trabalho em seus estabelecimentos agropecuários. No caso da agricultura familiar, dos 338 estabelecimentos existentes, pouco mais de 76% não receberam nenhuma orientação técnica para melhorar a produtividade do trabalho. Possivelmente, as culturas da cana-de-açúcar, soja e milho estão limitando o incremento da agricultura familiar, visto que o crescimento de sua produção, além de demandar mais capital, precisa incorporar novas áreas ao seu sistema produtivo.

Sem espaço para absorver a parcela do excedente de mão de obra no setor agropecuário, o setor de serviços e comércio torna-se o caminho natural para os trabalhadores ofertarem sua força de trabalho. Isso significa que haverá um crescimento da oferta de trabalho no setor urbano, o qual não apresenta uma estrutura industrial e de serviços dinâmica que consiga absorver o excedente de mão de obra no ritmo necessário para estabilizar o hiato do mercado de trabalho e minimizar o problema do desemprego estrutural.

Isso acontece porque a indústria de transformação tupaciguarense representa 7% do total de empresas existentes no município. Desse total, grande parte está relacionada à fabricação de produtos alimentícios, que, mesmo adotando tecnologias ainda rudimentares em seus processos produtivos, não possui força suficiente para absorver parcela significativa da força de trabalho local. A indústria de transformação, portanto, não é pujante o suficiente para dinamizar o mercado de trabalho local e, por isso, o setor de serviços e comércio torna-se um canal importante para absorção de parte do excedente da mão de obra, porém com pouca capacidade de oferta de postos de trabalho.

Os dados levantados apontam que o hiato existente entre oferta e demanda por força de trabalho não consegue ser equalizado, criando, assim, um problema de desemprego estrutural, ou seja, parcela da força de trabalho não consegue ser realocada no mercado de trabalho em decorrência das exigências das novas tecnologias que são estabelecidas pelo capital aos sistemas produtivos locais. O principal reflexo do descompasso existente entre oferta e demanda por força de trabalho se estabelece no nível de remuneração dos trabalhadores. Em geral, 90% dos habitantes do município tinham seus rendimentos nominais mensais concentrados no estrato de até três SMs.

Além disso, grande parte da massa salarial se concentrou naqueles trabalhadores que possuem até o ensino médio completo. Nesse sentido, para os padrões da sociedade atual, são trabalhadores com baixa escolaridade que não conseguem agregar da forma necessária conhecimento e valor nos processos produtivos das empresas localizadas no município.

O principal reflexo de tudo isso é que o processo de formação de renda em Tupaciguara se consolidou em uma situação de altíssima desigualdade e concentração entre os estratos sociais. A renda se concentrou nas mãos de poucos, em detrimento de uma massa crescente de trabalhadores empobrecidos. Por exemplo, a renda domiciliar *per capita* média do décimo mais rico, em 1991, era quarenta vezes superior à do quinto mais pobre.

Em 2010, essa relação passou para 17,5 vezes, porém muito mais em função das políticas sociais do governo federal, que incrementaram a distribuição de renda em Tupaciguara. Por essa razão, o principal reflexo desse estilo de desenvolvimento foi a amplificação da vulnerabilidade social, uma vez que o frágil sistema produtivo tupaciguarense não teve forças suficientes para absorver o excedente de mão de obra.

Grande parte dos trabalhadores que não encontraram emprego e renda no sistema produtivo local foram viver como lumpesinatos à margem da sociedade, em condição de extrema pobreza e pobreza e, comumente, apresentam baixíssima escolaridade. Desse modo, em uma sociedade guiada por fortes avanços tecnológicos, a probabilidade de reinserção dessas pessoas no mercado de trabalho, cada dia, se torna menos provável.

Sem uma intervenção mais profunda do poder público, criando condições objetivas para a geração de renda e emprego, como também para a qualificação, esses trabalhadores em condição de lumpesinato continuarão à margem da sociedade, vivendo em circunstâncias extremamente precárias e sem perspectivas de melhorar seu bem-estar social.

REFERÊNCIAS

BEIRÃO, E. S.; BARBOSA, E. V. P.; LEITE, M. E. Desigualdade na distribuição de renda nos municípios do estado de Minas Gerais. **Acta Scientiarum: human and social sciences**, v. 41, 2019.

BERTOLUCCI, L. Análise demográfica da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - TMAP. *In*: CORRÊA, V. P. (Org.). **Dinâmica socioeconômica da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. Uberlândia: CEPES/IEUFU, maio 2017. v. 1, 48 p. Disponível em: <<http://www.ie.ufu.br/CEPES>>.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jul. 2006.

CALIXTRE, A.; FAGNANI, E. A política social nos limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014). *In*: CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. (Org.). **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

CLEPS JUNIOR, J. Expansão e territorialização das agroindústrias do setor sucroenergético em Minas Gerais e o contexto das lutas sociais no campo. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, n. 2, p. 123-137, jul./dez. 2016.

COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. (Eds.). **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: Ipea, 2015.

DEL GROSSI, *et. al.* **Agricultura familiar no censo agropecuário**: principais causas de exclusão da agricultura familiar nos algoritmos. [s.l.]: nov. 2019. Mimeografado.

FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Confins**, n. 17, 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/8153>>.

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **O capitalismo global**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. 2. ed. São Paulo: Editora Livraria Pioneira, 1991.

KALDOR, N. A model of economic growth. **The Economic Journal**, Oxford, v. 67, n. 268, p. 591-624, Dec. 1957.

OLIVEIRA, A. S. Produto interno bruto na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – TMAP. *In*: CORRÊA, V. P. (Org.). **Dinâmica socioeconômica da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. Uberlândia: CEPES/IEUFU, maio 2017. v. 3, 61 p. Disponível em: <<http://www.ie.ufu.br/CEPES>>.

PINTO, A. Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina. *In*: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 2.

PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, jul./set. 2009.

SANTOS, H. F. dos. A dinâmica da recente expansão do setor sucroenergético no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: da internacionalização a formação dos grandes grupos. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 106-132, jan./jun. 2017.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. *In*: CARNEIRO, *et. al.* (Org.). **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

SUNKEL, O.; PAZ, P. **El subdesarrollo latino-americano y la teoría del desarrollo**. México: Siglo XXI Editores, 1970.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEL GROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando a inclusão de variáveis no banco de dados do Censo**. Brasília: IBGE, abr. 2019.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Supervisão

Carlos Henrique Santos Vianna

Revisão

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Lis Silva Hall

Mariana Silva de Lima

Marlon Magno Abreu de Carvalho

Vivian Barros Volotão Santos

Laysa Martins Barbosa Lima (estagiária)

Editores

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Mayana Mendes de Mattos

Louise de Freitas Sarmiento (estagiária)

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



ISSN 1415-4765

